

A OCUPAÇÃO DA POLÔNIA (1939) NA HISTORIOGRAFIA OFICIAL SOVIÉTICA

Moisés Wagner Franciscon¹ e Dennison de Oliveira²

RESUMO: a partir do levantamento bibliográfico sobre a intervenção militar da URSS na Polônia (1939), presente na historiografia oficial soviética, constata-se que esta se afirma constituir num revide ao que classifica como historiografia conservadora burguesa – interessada em ocultar a natureza imperialista da guerra –, capaz de separar a verdade da mentira sobre o início da Segunda Guerra por meio do aporte teórico do marxismo-leninismo. Mais do que por rupturas, tomadas no Ocidente como naturais e recorrentes ao sistema totalitário, ela se caracteriza pela continuidade de temas e episódios estabelecidos na mesma época. Alterações e suspensões são frequentes na historiografia soviética. A perenidade, no entanto, se impõe como fator chave.

Palavras-chave: URSS; Segunda Guerra Mundial; Polônia.

ABSTRACT: Based on the literature on the Soviet military intervention in Poland (1939) included in the official Soviet historiography, notes up that this is stated be a retaliation to what classifies as bourgeois conservative historiography – interested in concealing the imperialist nature of the war – able to separate truth from falsehood about the beginning of World War II through the theoretical basis of Marxism-Leninism. More than for breaks taken in the West as natural and repeat the totalitarian system, it is characterized by continuity of themes and episodes set at the same time. Changes and suspensions are frequent in Soviet historiography. Perenniality, however, imposes itself as a key factor.

Keywords: USSR; Second World War; Poland.

INTRODUÇÃO

Durante a Segunda Guerra Mundial, os aliados puseram suas diferenças de lado na tentativa de manter e aproveitar reciprocamente daquela singular união. Os pontos de atrito dos anos 1930 foram esquecidos tanto pelos países membros da aliança no Ocidente quanto no Oriente. Na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foram esquecidas as acusações de que Churchill e Ribbentrop conferenciaram sobre uma possível coalizão antissoviética em 1937³; sobre a falta de apoio à República

¹ Graduado, especialista e mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá.

² Doutor em Ciências Sociais, UNICAMP, 1995; professor do Departamento de História da UFPR.

³ O próprio Churchill dá sua versão sobre o encontro: “Afirmei prontamente minha certeza de que o governo britânico não concordaria em dar carta branca à Alemanha na Europa Oriental. Era verdade que nossas relações com a Rússia soviética estavam ruins e que odiávamos o comunismo tanto quanto Hitler, mas [...] a Grã-Bretanha jamais se desinteressaria dos destinos do continente europeu [...]”.

Espanhola e à venda de armamento ou aplicações financeiras do Ocidente na Alemanha; sobre o voo de Rudolph Hess para a Escócia em 10 de maio de 1941 e sua prisão na Inglaterra – vista com o maior alarde pela URSS como sinal de que Inglaterra e Alemanha abandonariam a guerra na Europa e em conjunto se lançariam contra a URSS. Da mesma forma, na Inglaterra e nos Estados Unidos o Pacto de Não Agressão Ribbentrop-Molotov de agosto de 1939, os protocolos secretos que dividiam a Europa Oriental em áreas de influência e a consequente incorporação de antigos territórios da Rússia czarista, agora parte ou totalidade da Romênia, Finlândia, Polônia, Estônia, Letônia e Lituânia, foram olvidados.

A historiografia ocidental conservadora⁴ elaborou o discurso de que a “aliança” nazi-soviética foi deliberadamente escamoteada pelas demais correntes historiográficas nas décadas seguintes. O que é um grande erro. Logo após os primeiros atritos da Guerra Fria, os acordos de agosto de 1939 passaram a ser matéria constante em qualquer livro sobre o conflito⁵. A partir dos anos 1990, com um

Quando estava em julgamento, sujeito a ser condenado à morte pelos vencedores, Ribbentrop forneceu uma versão distorcida dessa conversa” (CHURCHILL, 1995, pp. 119-120).

⁴ Os próprios historiadores soviéticos procuraram conceitualizar a historiografia ocidental. Em geral, sua percepção é a de uma massa de ideólogos a soldo dos governos e homens de negócio dos países centrais do capitalismo. Em alguns momentos, procuram ser mais específicos, com a adição do adjetivo burguesa: “No conjunto, a historiografia burguesa da Segunda Guerra Mundial apresenta-se como um conjunto bastante complicado e contraditório de numerosas correntes, escolas e agrupamentos unidos por uma ideologia comum. Nela podem-se destacar duas orientações principais – uma conservadora, que é dominante, e uma crítica-liberal. A primeira orientação reflete um vasto espectro de pontos de vista, desde os objetivos até os pró-fascistas. A esta corrente pertencem os trabalhos oficiais e oficiosos em muitos volumes. A segunda orientação dá um certo contributo para uma apreciação fidedigna de uma série de acontecimentos da guerra” (KULKOV; RJECHESKI; TCHELICHEV, 1985, p. 12), porém seria incapaz de ir além de motivações diplomáticas e políticas e atingir as causas econômicas e classistas da guerra. Os dois campos são subdivididos em: reacionários, idealistas antropológicos, idealistas políticos, realistas políticos, polemólogos, interdisciplinares, personalistas, irracionalistas, modernizadores. Os autores não mencionam a historiografia marxista ocidental – talvez pela necessidade de mencionar trotskistas, ou não citar autores que, apesar de marxistas, discordem das posições oficiais soviéticas (o que seria uma fratura na argumentação do marxismo-leninismo como a única corrente científica e verdadeira), ou ainda, manter uma maior distinção e confrontação entre historiadores oficiais soviéticos e ocidentais, choque nítido no debate entre os primeiros e os últimos na Alemanha Ocidental, em Colônia, 1979 (KULKOV; RJECHESKI; TCHELICHEV, 1985, p. 15). Mesmo a “Nova esquerda”, representada pelo americano Richard Barnet, revisionista, ativista dos direitos civis, membro do Conselho de Relações Exteriores e do Departamento de Defesa, é classificada como liberal. Van der Linden (1996, p. 237) aponta que o Institute for Policy Studies, do qual Barnet era diretor, era financiado por stalinistas.

⁵ Alguns historiadores soviéticos (KULKOV; RJECHESKI; TCHELICHEV, 1985, p. 77) definem o momento da crise polonesa como “um período sem paralelo nas tentativas dos ideólogos burgueses de denegrir a

anticomunismo anacrônico servindo a novos interesses, o tema ganhou mais espaço até nos livros didáticos. A historiografia ocidental oscila, de acordo com o tempo, na ênfase e espaço que concede ao evento.

O regime polonês dos anos 1920 e 1930 também recebeu sua cota de esquecimento, que encobriu os desgastes da distância que o separava das democracias liberais, e, mesmo do papel que o Ocidente esperava de uma Polônia livre no mesmo período e como de fato o regime polonês se comportava.

A historiografia soviética possui um grau de oscilação muito maior (apesar das permanências se imporem). Vai da total omissão do episódio até um detalhamento que relativiza, esmaece e principalmente esquarteja a totalidade da relação com a Alemanha fascista⁶. A historiografia soviética era, obviamente, mais involucrada com a propaganda política do que a historiografia ocidental (que, se possuía e possui autores

história da URSS”. O livro, escrito em 1983, sob o impacto das greves gerais conclamadas pelo sindicato independente Solidariedade em 1981, o apoio ocidental à ação do mesmo, e o titubear do governo polonês (até a ascensão do general Jaruzelski) procurou estabelecer as relações entre o desenvolvimento da Guerra Fria com o uso da história. Outro livro (DARNTON, 2010), por um ângulo completamente diverso dos soviéticos, também trataria das relações entre a história da Polônia de 1939 e a ação do Solidariedade. Com o fim da guerra, o governo polonês do exílio londrino foi esquecido (com exceção do reconhecimento da Irlanda, Espanha e Vaticano – até 1979). Com a Guerra Fria, foi reconduzido ao noticiário no Ocidente, porém não foi oficializado pela diplomacia. Deslegitimar o governo socialista polonês e a influência soviética através da história objetivava gerar instabilidade e não a recondução do governo londrino. Para a historiografia soviética, omitir a divisão de esferas de influência ou fornecer a versão oficial, acentuava o papel da URSS como libertadora. As flutuações da diplomacia durante a Guerra Fria atingiram produções de ambos os lados da Cortina de Ferro. Durante a distensão dos anos 1970, a historiografia oficial soviética (POSPELOV, 1975) pôde dispensar maior relevo e espaço às ações militares dos aliados ocidentais – posteriormente reduzidos com o recrudescimento das relações nos anos 1980 (ZHILIN, 1985). O uso da história do conflito possui um capítulo à parte nas relações entre Alemanha Ocidental, Polônia e URSS, com o emprego desta para pedidos de revisão das fronteiras do pós-guerra por parte de governos ou grupos com respaldo governamental na Alemanha Ocidental, e a recorrente recusa polaco-soviética. Movimento com fins de propaganda e política interna, sem esperança real de alterações no mapa traçado em Potsdam.

⁶ Como diz Taylor (1963, p. 230): “Os historiadores soviéticos (que parecem tão mal informados [sobre a documentação diplomática soviética] quanto nós) supõem a sinceridade em seu governo e a perfídia nos outros. Em sua versão, a Rússia procurou sinceramente a paz, e a Grã-Bretanha e França procuraram levá-la a uma guerra isolada contra a Alemanha, da qual Stalin escapou por um golpe de gênio no último momento. Os historiadores ocidentais, lutando lealmente na Guerra Fria, veem as coisas pelo prisma oposto. Segundo uma das versões mais extremadas, o governo soviético esteve sempre de acordo com a Alemanha, e negociava com a Grã-Bretanha e França apenas para provocar uma oferta alemã”. O que não impediu que os historiadores oficiais no Ocidente reclamassem para si a liberdade total de julgamento, “franqueza e objetividade”, que seriam inexistentes na historiografia soviética, incapaz de reconhecer erros estratégicos e de comando (ESTADOS UNIDOS; ARMY, 1977, p. 11) – o que poderia ser considerado verdade quando da publicação do livro, em 1959, mas não nos anos 1960.

diretamente envolvidos com governos – quando não o são governos, como Churchill, que também era historiador e recebeu pelos seis volumes de sua *História da Segunda Guerra Mundial* o Nobel de Literatura de 1947 – também tem seus revisionistas e críticos, com menor exposição⁷). Um historiador avesso à história oficial produzida pelos departamentos do Exército ou autores com grande circulação possui, ainda assim, o acesso à publicação. Nada do que era publicado na URSS escapava aos censores. Todas as tipografias eram estatais e respondiam ao Estado e ao partido. O que não impedia a publicação no exterior, através do contrabando de manuscritos, nem a existência de *samizdat*⁸.

Quase todo o material empregado para traçar as variações da historiografia soviética sobre a ação da URSS em setembro de 1939 possui um fator essencial: são textos publicados pela Editora Progresso, em línguas não usadas na União – espanhol e português (existem versões também em inglês, alemão, francês etc.). São textos direcionados ao público externo, simpatizantes dos partidos comunistas locais. São, acima de tudo, respostas às versões ocidentais sobre o mesmo tema. O que impede de serem analisadas separadamente. Foram formuladas numa relação recíproca de acusações, meia-verdades, partidarismo e ficcionalização por ambos os lados. O único

⁷ Uma base interessante de comparação é o muito criticado trabalho de Taylor (1963) que, pelo método contrafactual, percebe não a URSS como promotora da guerra, mas sim os erros de cálculo de Hitler sobre a passividade do Ocidente e da diplomacia ocidental que favoreceu essa percepção equivocada; Mandel (1989, p. 35), marxista que entende a Segunda Guerra sob o prisma de guerra imperialista, como faz a historiografia soviética, mas que se afasta da mesma ao criticar Stalin como o detonador da guerra e de traçar o pacto como medida estratégica e não tática; Keegan (2006, p. 15), que, apesar do renome, não vai além da historiografia conservadora ao dizer que “ninguém colaborou mais intimamente com Hitler em seus anos de triunfo que Stalin. O ditador russo possibilitou o sucesso da *blitzkrieg* contra a Polônia e a França com a sua decisão de patrocinar o Pacto Molotov-Ribbentrop”. Apesar de antigo (seu livro foi publicado em 1954, enquanto o de Taylor o foi em 1961) Liddell Hart (1999, pp. 278-280), mostra como as potências ocidentais se movimentaram de maneira equivocada no tabuleiro da grande estratégia, incapazes de manter o cerco à Alemanha, alijando possíveis aliados, tecendo planos e promessas que não poderiam cumprir, tornando o Leste Europeu presa fácil para Hitler e terreno para a eclosão da guerra.

⁸ Os irmãos e historiadores soviéticos Roy e Zhores Medvedev são exemplos de historiadores críticos ao regime. Roy foi “convidado” a emigrar para Londres após ser expulso do partido em 1969, quando publicou no exterior uma crítica à Stalin durante a tentativa de reabilitação promovida por Brezhnev. Outras ações semelhantes resultaram em breves períodos de prisão domiciliar. Seu irmão permaneceu na URSS e enfrentou problemas com o regime (internamento psiquiátrico compulsório durante maio de 1970) exatamente pela publicação de seus estudos no exterior e em *samizdat* (MEDVEDEV, 1972, pp. 15-16).

material direcionado inteiramente ao público soviético que dispomos é a *Istoriia Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuzo*, publicada entre 1960 e 1965, segundo Whert (1966), uma sincera história do conflito⁹, possível diante do degelo e da maré de críticas ao stalinismo dos anos Krushev.

1-FRONTIERS POLONESAS

Quando a ocupação de 1939 era mencionada pela historiografia oficial soviética, sempre era ressaltado que o território era habitado por ucranianos e bielorrussos. Na realidade, a diversidade étnica da Polônia era mais intensa: 13,9% ucranianos, 10% judeus, 3,1% bielorrussos, 2,3% alemães e 2,8% lituanos, checos, armênios, russos e ciganos (MARCUS, 1983, p. 17).

Seguindo a característica do Leste Europeu, as fronteiras no passado jamais coincidiram com nações. Sempre móveis, a Polônia (então Reino da Polônia e Grande Ducado da Lituânia) chegou a ocupar Moscou em 1610. Período conhecido pelos russos como *Smutnoye Vremya*, ou Tempo da Confusão, com vários falsos tsares (justificativa recorrente de conflitos na Rússia czarista) apoiados pela Polônia pretendentes ao trono, que coube aos Romanov. Em 1919 as repúblicas socialistas, como a de Tarnobrzeg e os soviets de Lublin, foram derrotados e incorporados ao nascente Estado polonês controlado pelo marechal Józef Piłsudski. O avanço a Leste continuou, dando origem à Guerra Polaco-Soviética, de fevereiro de 1919 a março de 1921. O plano inicial dos líderes poloneses de 1918-19 era reestabelecer a Polônia com suas fronteiras do começo do século XVIII ou mesmo XVI, incluindo Kiev. Os franceses apreciavam a ideia de uma Polônia forte fechando o cordão sanitário antissoviético. Os ingleses temiam um poder regional que transformasse a Europa Oriental em sua zona de influência. Assim, apoiaram a demarcação da fronteira com a URSS seguindo o critério étnico, com a Linha Curzon, que mantinha ucranianos e bielorrussos, ou seja, o leste da Polônia de 1921-39, dentro da zona soviética. O secretário de Relações Exteriores da Inglaterra, Lord Curzon de Kedleston, assinou em 11 de julho de 1920 um telegrama enviado ao governo bolchevique propondo um cessar-fogo com os

⁹ John Erikson a utilizaria fartamente para os seus dois livros sobre o conflito no Leste: *The Road to Stalingrad* e *The road to Berlin*.

poloneses ao longo da linha do rio Bug (que também era a divisa étnica e a fronteira polonesa de 1792). Seu nome foi posteriormente associado à linha. Existiram duas versões para a fronteira – linha A, de 1919, e linha B, de 1920, que estabelecia Lvov, na fronteira sul, e Grodno e Vilna, na fronteira norte, como soviéticas¹⁰. A linha era dúbia, em virtude das incertezas envolvendo terceiros (Lituânia e o antigo Império Austro-Húngaro).

O exército polonês chegou a ocupar Kiev em maio de 1920, quando foi colhido por uma contraofensiva soviética que atingiu os arredores de Varsóvia em 14 de agosto de 1920. Diante da extensão da linha de suplementos, falta de consolidação das linhas e flanco sul exposto (ao norte avançaram junto à fronteira da Prússia Oriental até atingir o alto Vístula para cortar a linha férrea Varsóvia-Dantzig), Piłsudski pôde desfechar um contra-ataque¹¹, que empurrou Tukhachevsky até Minsk (ZAMOYSKI, 2008). Volkogonov (2008, p. 45) lembra que, ao contrário dos oficiais poloneses mortos em Katyn, ninguém se interrogou pelo destino das dezenas de milhares de russos feitos prisioneiros de guerra “cujo destino é desconhecido até hoje”. O Tratado de Riga¹², de 1921, previa a liberdade do uso das línguas nacionais. 15% da população do leste polonês eram poloneses (BUELL, 2007, p. 79), aglomerados principalmente nas cidades de Bialystok, Lvov, Grodno e Vilna, ocupados em alguns ramos do comércio não controlados pelos judeus e donos das fazendas onde os camponeses bielorrussos e ucranianos trabalhavam¹³. Às diferenças étnicas se somavam as

¹⁰ Davies (2006, p. 99; 185) lembra que chegaram a ser produzidos quatro memorandos com traçados diferentes sobre a Linha Curzon até 1944. Um deles formulado pelo historiador Arnold Toynbee.

¹¹ Davies (2006, p. 164-166) lembra que Stalin não possuía qualquer dúvida do sentimento anti-russo dos poloneses. Kamenev, ao empurrar o avanço bolchevique demasiado, rápido e rarefeito, expôs o flanco de Tukhachevsky. Trotsky, comandante do Front Sudoeste, ordenou que Stalin, Voroshilov, Yegorov e Budienny se movessem do sul até o Vístula. Teriam sido esfacelados pelo grosso do contra-ataque polonês. Ao desobedecer às ordens, Stalin acumulou novas inimizades, “equacionadas” com o tempo.

¹² “O Tratado de Riga, de 1921, o único acordo de fronteiras entre os dois países com alguma legitimidade” (DAVIES, 2006, p. 185). Se a guerra concede legitimidade, porque não o acordo de 1945 ratificado pelo Ocidente em Helsinque em 1975, ou mesmo o de 1939? Tratados que o autor debocha.

¹³ Cohen (2012, p. 63) fala em 5 milhões de ucranianos, de 3,5 a 4 milhões de poloneses, 1,5 milhões de bielorrussos e 1,3 milhões de judeus morando a leste da Linha Curzon em 1939. Volkogonov (2008, p. 45) afirma que das 6,75 milhões de pessoas da região, apenas 400 mil eram polonesas. Davies (2006, p. 179) diz que a maioria era de poloneses, 5 milhões, indevidamente classificados pela russificação czarista.

diferenças religiosas¹⁴ e sociais. Estas se agravaram com a Crise de 1929 e a guerra comercial teuto-polaca.

Conflitos fronteiriços com a Alemanha ocorreram em três levantes na Silésia, entre 1919-21, envolvendo tropas polonesas, tropas da Liga das Nações e policiais e *freikorps* alemães, que, junto ao plebiscito de 1921, repartiram a Alta Silésia entre Alemanha e Polônia. Ingleses e italianos temeram que a Alemanha ficasse incapacitada de pagar sua dívida de guerra em virtude do fim de seu controle sobre as fábricas e minas da região. A insatisfação dos alemães da região levou a filiação em massa ao nazismo.

Em fevereiro de 1919 a Guerra dos Sete Dias com a Tchecoslováquia resultou na divisão do território em disputa. A fronteira foi retificada em 1924. Em 1920 estourou a guerra com a Lituânia pela região de Vilna. Em março de 1938 a Polônia ameaçou a Lituânia com a invasão. Em 1925 ocorreu o boicote polonês aos produtos alemães em decorrência da disputa pela Alta Silésia. Weimar decretou o embargo, mantido até o Pacto de Não-Agressão de 1934, o que provocou a melhoria das relações entre os dois países, auxiliada pelas afinidades fascistas¹⁵, fazendo da Alemanha o maior parceiro econômico da Polônia, superando a Inglaterra e

¹⁴ A demolição da catedral ortodoxa russa em Varsóvia, ordenada por Piłsudski em 1930 (DAVIES, 2006, p. 115), foi exemplo da tensão religiosa da época.

¹⁵ As relações soviéticas não pioraram apenas com a Polônia após a ascensão de Hitler. A intervenção soviética em favor da República Espanhola enquanto as potências ocidentais decretavam o embargo e seu apoio à formação de frentes nacionais atiçou os sentimentos anticomunistas dos setores conservadores. “Muitos ingleses, particularmente no partido conservador, diziam: ‘Melhor Hitler do que Stalin’ [sobre o alinhamento britânico no continente]. Não ocorria a nenhum inglês, exceto ao líder fascista, Sir Oswald Mosley, dizer: ‘Melhor Hitler do que Baldwin – ou Chamberlain’ [...]. Na França, as eleições gerais de maio de 1936 resultaram numa maioria da ala esquerdista [...]. Quando um governo da Frente Popular se organizou, os franceses conservadores e ricos não disseram apenas: ‘Melhor Hitler do que Stalin’, mas ‘Melhor Hitler do que Léon Blum’”. Também marcou uma dança nas cadeiras da diplomacia. Hitler sepultou o Tratado de Rapallo (1922) que aproximava Alemanha e URSS para burlarem o desarmamento alemão, o cordão sanitário soviético imposto por Versalhes e conter a vitoriosa (sobre ambos) Polônia. Em seu lugar foi firmado o Pacto das Quatro Potências (1934) que aproximava e procurava equilibrar os poderes de Inglaterra, França, Itália e Alemanha. O que fez a URSS se afastar da Alemanha e se aproximar da França, bem como a rival Polônia se afastar da França e se aproximar da Alemanha. O que levaria a outros desdobramentos. “As melhores tropas soviéticas estavam no Oriente, e os líderes soviéticos queriam apenas que a Europa os deixasse em paz. Embora antes tivessem denunciado o ‘tratado escravizador’ de Versalhes, pregavam agora o respeito ao direito internacional. Compareceram à conferência do desarmamento – antes considerada como uma ‘farsa burguesa’, e em 1934 chegaram a ingressar em outra farsa burguesa, a Liga das Nações” (TAYLOR, 1963, pp. 112; 78).

culminando com um empréstimo alemão firmado em 1938. O que levou ao distanciamento da Europa Ocidental. A resistência da Polônia em fechar acordos com os tchecoslovacos, apesar dos pedidos franceses (que viam o ministro das Relações Exteriores, coronel Józef Becker, com desconfiança¹⁶), provocou a impressão de que a Polônia poderia não se converter na frente oriental contra Hitler, como a França desejava. Em 2 de outubro de 1938, dias após o Acordo de Munique de 29 de setembro que entregou os Sudetos à Alemanha, Polônia e Alemanha enviaram um ultimato à Tchecoslováquia exigindo a entrega da região de Teschen, Spis, Orava e Zaolzie para a Polônia¹⁷ (o satélite húngaro, por seu turno, ocupou 1/3 da Eslováquia: sua região sul e a Rutênia Carpática). Em seguida, a Alemanha exigiu à Polônia que aderisse ao Pacto Anti-Comintern, o que a transformaria em um satélite alemão, aceitasse a incorporação da Cidade Livre de Dantzig, com quem possuía uma união aduaneira, ao território alemão, e permitisse a construção de uma autoestrada que ligasse a Prússia Oriental ao resto da Alemanha, em troca do reconhecimento da

¹⁶ “As potências ocidentais viam a Polônia como uma potência revisionista gananciosa, não liberal, antissemita, pró-Alemanha”, com um ministério das Relações Exteriores arrogante e traiçoeiro (OVERY, 1989, p. 10). “Os Estados nacionais da Europa Oriental desfrutavam de pouca popularidade, e a Rússia Soviética, ainda menos”, o que teria feito ganhar força a noção do mérito alemão em Brest-Litovsk, que assegurava à Alemanha territórios na Ucrânia, Bielorrússia e Báltico, arrebatados por Versalhes e que agora deveriam voltar à Alemanha, mais do que por justiça, como contenção comunista (TAYLOR, 1963, p. 70). “No solo la garantía dada a Polonia ligaba el destino de Inglaterra a un régimen que era en todos sus aspectos tanpoco democrático y antisemita como el de Alemania, sino que además impedía la clase de alianza con la Unión Soviética que presumiblemente habría disuadido o derrotado más fácilmente a Hitler” (FERGUSON, 2001, p. 454). Ou ainda Buchanan (2008, p. 330), citando Gene Smith: “o comprometimento do Ocidente com a democracia, com o futuro, ficara nas mãos dos líderes instáveis e irresponsáveis de um país (...) tão autoritário, nacionalista, totalitário e racialmente intolerante quanto a Alemanha e a Itália”. Líderes ocidentais também deixaram suas impressões em memórias: “Durante todos aqueles anos, a Polônia fora uma frente antibolchevique. Com a mão esquerda, ela se aliara e dera apoio aos países bálticos antissoviéticos [...]. O governo soviético tinha certeza de que a Polônia o odiava” (CHURCHILL, 1995, p. 181). Os soviéticos deixaram fontes sobre seus temores, como o Memorando do embaixador soviético Maisky a Molotov: “a Polônia foi, quase sempre, inimiga da Rússia” (DAVIES, 2006, p. 188).

¹⁷ Churchill (1995, p. 167; 168) comentaria que a Polônia pilhou a Tchecoslováquia “como uma hiena” e que “logo pagaria suas próprias penas”. Davies afirma que a Polônia não era levada em conta pelos líderes mundiais da época, que cresceram sem que existisse um Estado polonês. Assim, Montgomery perguntou se em “Varsóvia se fala alemão ou russo?” Era vista como um “pigmeu confuso” (DAVIES, 2006, p. 54). O debate sobre Stalin teria ou não cumprido o tratado com os tchecoslovacos e declarado guerra à Alemanha, caso a França também honrasse seu compromisso com a aliança, tem sua base em sua relação com a Polônia. Stalin declarou que, se a Polônia atacasse a Tchecoslováquia, a URSS consideraria uma agressão a si. No entanto, quando a invadiram, Stalin recuou oficialmente (DEUTSCHER, 2006, p. 448).

ocupação da metade da Alta Silésia pela Polônia em 1921. A recusa polonesa levou ao rompimento pela Alemanha do Pacto de Não-Agressão em 28 de abril de 1939. Assim como à reaproximação com França e Inglaterra, pelos acordos de segurança mútua de março de 1939.

2-UCRANIANOS E BIELORRUSSOS ALÉM BUG

O *Sejm* deu prosseguimento à tradição parlamentarista polonesa. Porém acabou desmoralizado por seguidos escândalos de corrupção e declarado ineficiente por Piłsudski, que deu um golpe militar em maio de 1926, aludindo curar ou sanear a Polônia da corrupção e das lutas partidárias. Daí provém o nome de regime *Sanacja*, ou de saneamento. A manipulação eleitoral, que já existia na forma do *gerrymandering* ou salamandrismo dos distritos eleitorais para enfraquecer a representação política dos grupos étnicos não poloneses, ganhou espaço com a fraude eleitoral, que sempre garantia ao marechal e seu seletivo grupo político (que alegava não se tratar de um partido político) a vitória nas eleições. Seus opositores foram presos nos Processos de Brest de 1931-32, sendo acusados de formar um bloco de centro-esquerda anti-*sanacj*. Antes de morrer, Piłsudski impôs a Constituição de Abril, em 1935. Autoritária e fascista, num sistema personalista, concedia grandes poderes ao presidente, que poderia escolher 1/3 do Parlamento, emitir decretos e vetar leis aprovadas pelo *Sejm*, além de nomear seu sucessor em caso de guerra, dispensando eleições livres¹⁸. As minorias contavam com leis de proteção, que dificilmente deixavam de ser letra morta, bem como liberdade de imprensa, política etc. Woodrow Wilson, na Conferência de Paz de Paris de 1919, exigiu que a Polônia assinasse um tratado em 28 de junho de 1919 garantindo tais direitos. A assimilação forçada ganhou

¹⁸ Esta constituição serviria de base para a Constituição de 1937, chamada de Polaca, que instituiu o Estado Novo no Brasil. Davies se esforça para mostrar o regime como pluralista político e étnico, apenas “importunando” seus oponentes. Uma “semidemocracia” em vários quesitos melhor que o sistema anterior a 1926, uma contenção dos nacionalistas de direita. Apesar disso, lembra que o general Sikorsky, escolhido para a chefia do governo no exílio, como estipulava a Carta de 1935, desejava tornar a Palestina britânica o destino de parte dos judeus poloneses (DAVIES, 2006, pp. 66-67; 112; 220-222; 77). Outra fantasia do autor é a da tradição da “liberdade áurea” polonesa assegurada pelo marechal, concretizada no direito à posse de armas pelos cidadãos poloneses (DAVIES, 2006, p. 214). O que não lembra é que essa liberdade áurea dos séculos XVII e XVIII era restrita à pequena proporção de nobres poloneses, que dominavam uma vasta massa heterogênea de servos num feudalismo mais duro que o conhecido na Europa Ocidental.

impulso em 1924 com a supressão da língua ucraniana nos negócios públicos e na imposição das aulas em polonês, o que desrespeitava os acordos de Riga. Ocorreu ainda o processo de “pacificação” dos ucranianos no Leste da Galícia e Lvov, efetuada pela polícia e ordenada por Piłsudski em 1930. Seus sucessores foram conhecidos como “coronéis de Piłsudski”. Entre eles, o marechal Edward Rydz-Śmigły, o “segundo no governo” que, na prática, comandava o país em 1939. No dinâmico, oportunista, desconfiado e imprevisível xadrez diplomático dos anos 1930 poucos estavam interessados em se arriscar pela Polônia.

3-A HISTORIOGRAFIA DA GLASNOST

Se a consulta aos arquivos na Era Krushev era limitada (KEEP; BRISBY, 1965), na Era Brejnev se tornou ainda mais difícil (DAVIES, 1991). Como disse a socióloga e assessora de Gorbachev Tatiana Zaslávskaja, alguns temas e dados recebiam a placa de afaste-se. No entanto, alguns privilegiados conseguiam o acesso. É o caso do general Volkogonov, responsável pelas mais importantes revelações dos arquivos soviéticos. Por exemplo, sobre o Tratado de Não Agressão Ribbentrop-Molotov. Este tratado passou a ser visto pela historiografia ocidental ou como traição ou como a chave que abriu a porta da guerra, além de ser comumente descrito como aliança¹⁹. A periclitante diplomacia dos anos 1930 impõe detalhar a situação. Volkogonov escreveu seu *Stalin: triunfo e tragédia* entre 1978 e 1983 e o publicou entre 1989-90. Seu livro era impensável até a distensão no quadro da Guerra Fria promovido por Gorbachev. Ainda se baseava em larga medida na versão soviética (ou em sua releitura liberal em voga durante a Glasnost, que, se anti-stalinista, não rompia completamente com a Vulgata oficial) até entrar para o governo Yeltsin, após o golpe de agosto de 1991, tornando-se assessor militar especial e diretor dos arquivos do KGB, PCUS e Gulag²⁰. Seu livro *Os*

¹⁹Fedenko (1965) chegou a afirmar que a saída da URSS da Guerra Civil Espanhola, ainda em 1938, ocorreu para agradar os nazistas. Para a historiografia soviética, esse é o material que tenta encobrir o apoio ocidental à expansão nazista para o Leste, com os Acordos de Munique, do mesmo ano. E que o auxílio soviético à Tchecoslováquia era uma promessa vazia por não fazer fronteira com o país em 1938, com a Romênia e a Polônia, que se opunham à passagem soviética, se interpondo. Fest (2006, p. 678), que os soviéticos tentaram manter o Ocidente na “ignorância”, fracassando diante dos contatos do gabinete inglês.

²⁰ Segundo Poch-de-Feliu (2003), o general sempre foi muito fiel à linha governamental do momento: antes de Gorbachev, ausentando-se de críticas a Stalin e trabalhando com a ideologia comunista no

sete chefes do Império Soviético, de 1994, incorporou a historiografia ocidental e ignorou a soviética²¹.

Acusa Stalin de enfraquecer as forças antifascistas ao promover o sectarismo na Terceira Internacional até a primeira metade dos anos 1930. Apenas após a consolidação desses regimes em boa parte da Europa teria adotado, com a ajuda de Litvinov, Comissário de Assuntos Estrangeiros a política de frente comum com socialistas, socialdemocratas e mesmo liberais. No entanto, tenta compreender suas reações à inércia das potências capitalistas diante das agressões japonesas na China, Mongólia e URSS, da Itália na Abissínia e Albânia, dos seguidos avanços alemães (incluindo Memel, cidade alemã até 1918, sob controle lituano), da guerra na Espanha, utilizando suas anotações.

A conflagração se alastrava em todas as direções. Stalin perguntou por que tantos países faziam concessões sistemáticas aos agressores, e respondeu à sua própria indagação: “A principal razão é porque a maioria dos países não-agressivos, sobretudo Inglaterra e França, não subscreve a segurança coletiva e a resistência conjunta aos agressores, e mudou da posição de não-intervenção para a de neutralidade” (VOLKOGONOV, 2004, p. 359).

Retoma a historiografia ocidental ao afirmar que Litvinov, após o fracasso das negociações com a Polônia sobre o acesso militar em março de 1939, foi perseguido por Beria, diretor do NKVD, para que Molotov pudesse assumir a pasta. O que seria um sinal para negociação com os nazistas, que jamais se sentariam à mesa com um judeu como Litvinov. Ao mesmo tempo em que endossa a historiografia tradicional de seu país, ao afirmar que Litvinov, com seu plano de segurança coletiva, pretendia a manutenção da paz e soberania dos pequenos Estados (VOLKOGONOV, 2004, p.361).

Exército; sob Gorbachev, aderindo ao coro anti-stalinista, e, com Yeltsin, antissocialismo, incluindo aí a figura de Lenin, que começou a investigar em 1990 – momento em que o próprio Gorbachev minimizava Lenin e se orientava para o novo socialismo ocidental da época. Todavia, sua convivência com outros diretores de arquivos, oficiais militares e acadêmicos conservadores (pró-Stalin) não foi cômoda durante o período da Glasnost. Após a publicação de *Stalin*, acabou afastado dos arquivos em junho de 1991.

²¹Volkogonov não foi a única voz polêmica e revisionista durante a Glasnost vinda de dentro da academia. Nem o único a sofrer pressão. Era considerado conservador em 1988. Ao mesmo tempo, a Glasnost e os reformistas enfrentavam conservadores que batalhavam também com a História. Os conservadores tentaram reabilitar o quase centenário Molotov em julho de 1986, bem como o escritor Puchkin, condenado pelo partido por ter sido, no século XIX, favorável à repressão czarista na Polônia. O que, em 1987 e com o ressurgimento do Solidariedade, possuía amplo sentido político (DAVIES, 1991, pp. 182; 185; 202; 138; 154).

Em 1938, em março, abril, maio, junho e agosto, Stalin promoveu mobilizações para evidenciar seu apoio à Tchecoslováquia, que realizou o pedido de ajuda em 20 de setembro, aceito pela URSS. Porém, em seguida, sob pressão anglo-francesa, Praga suspendeu o pedido.

Mais de setenta divisões foram colocadas em aprestamento operacional. Foi nessa ocasião que se assinou o Acordo de Munique, e Stalin entendeu que o medo do “contágio comunista” era mais forte que a voz da razão. Ele estava certo [...]. Stalin se inquietava bastante com o conteúdo do Acordo de Munique, com o texto da declaração anglo-germânica de não-agressão assinada em setembro de 1938 e com os termos do acordo similar franco-germânico assinado em dezembro. Tais entendimentos, na realidade, conferiam liberdade de ação a Hitler no Leste e poderiam servir de base para uma aliança antissoviética. Stalin sabia que, se isso acontecesse, seria difícil imaginar posição pior para o país [...].

Mesmo antes do XVIIIº Congresso [março de 1939], o Secretário-Geral determinou que o comissário das relações exteriores abordasse Inglaterra e França para que se estudasse a proposta de conversas tripartites com o objetivo de procurar maneiras de barrar novas agressões nazistas. Para colocar pressão sobre Hitler, a Inglaterra e a França concordaram, mas suas verdadeiras intenções logo afloraram. Diversas fontes indicam que Londres e Paris desejavam, sobretudo, dirigir a agressão de Hitler para o leste; portanto ouviram com relutância a proposta soviética de um “baluarte defensivo” (VOLKOGONOV, 2004, pp. 362; 363).

Os elementos da historiografia tradicional soviética se fazem presentes: Inglaterra e França estariam interessadas em direcionar a agressividade nazista para a URSS²² e formar um bloco imperialista antissoviético para partilharem o Leste Europeu²³. A delegação anglo-francesa enviada no começo de agosto de 1939 não faria qualquer proposta concreta, endossando as palavras de Stalin de que o Ocidente

²² A 17 de abril de 1939, Stalin se recusou a assumir sozinho a proteção da Polônia e Romênia, como propôs a Inglaterra, reiterando seu projeto de aliança anglo-franco-soviética para a proteção dos novos pequenos Estados do Leste (DEUTSCHER, 2006, p. 452). No Ocidente, a última questão fronteiriça ocorreu com o Sarre em 1935, e a última tensão, a remilitarização da Renânia em 1936. Malmedy, incorporada pela Bélgica em 1925, apesar da agitação da população alemã, não gerou uma crise no entreguerras.

²³ Talvez a primeira interpretação da Segunda Guerra enquanto guerra imperialista tenha vindo do próprio Stalin (o que por si só assegurava sua transformação em história oficial) ainda em março de 1939 (cinco meses antes da deflagração) no XVIII Congresso do PCUS, em que apontava para uma ameaça imperialista geral, mas em especial para Alemanha, Japão e Itália por passarem por uma depressão do capitalismo que só poderia ser solucionada pela guerra (DEUTSCHER, 2006, p. 450). Com a guerra fria, a descolonização e a campanha de amizade da URSS com os novos países, a interpretação de guerra imperialista ao mesmo tempo se baseava na autoridade de Lenin como servia às necessidades contemporâneas do regime.

não era “sério”, jogava “pôquer”. Pelo contrário, tentava lançar o Báltico e o Leste Europeu contra a URSS e nas mãos alemãs ao deixá-los de fora da aliança. As propostas eram rechaçadas.

Como Stalin acabou sabendo, seus parceiros de negociação estavam, além do mais, dando continuidade ao esforço secreto para chegar a um entendimento aceitável com Hitler [...]. Procuravam apenas ganhar tempo enquanto buscavam o resultado mais favorável para suas perspectivas, sem levar em conta os interesses soviéticos [...]. Sua intenção era claramente deixar que a URSS desempenhasse o papel principal na resistência a uma possível agressão alemã, sem dar garantias de que assumiriam uma parcela das dificuldades.

Stalin perdeu a paciência. Ele acabou de uma vez com todas as conversações tripartites na manhã de 20 de agosto [...]. “Chega desse jogo,” disparou Stalin [...]. O argumento do Secretário-Geral no XVIIIº Congresso parecia justificado: o anticomunismo e a falta de vontade inglesa e francesa para seguir uma política de segurança coletiva abriram as comportas para a agressão por parte do pacto anti-Comintern. Londres e Paris pareciam cegas para o perigo real, movidos pelo interesse próprio e pelo ódio ao socialismo. Políticos míopes diziam: deixemos que Hitler faça sua cruzada anticomunista no leste. Para eles, Hitler era o mal menor.

[...] Stalin conscientizou-se de que a devia aceitar, por mais negativa que fosse a reação em outros países. Pragmático como era, abandonou os princípios políticos e, uma vez seguro de que as conversações anglo-franco-soviéticas não dariam em nada, recorreu à opção alemã assiduamente oferecida por Berlim. Seu raciocínio foi o de que não havia outra escolha [...]. Ele não tinha tempo para considerar o que as futuras gerações diriam [...].

Poucas pessoas sabiam que conversas secretas anglo-germânicas também ocorriam em Londres. O embaixador alemão, Dirksen, e o representante do primeiro-ministro, Horace Wilson, tentavam “construir pontes” (VOLKOGONOV, 2004, pp. 365; 366; 367).

Em 20 de agosto Hitler enviou um ultimato a Stalin para conversações. Ribbentrop chegou em Moscou no dia 23, e no mesmo dia o tratado foi firmado²⁴. Stalin cedeu ponto após ponto, como o das relações amistosas com a Alemanha. Stalin inicialmente argumentou que a opinião pública soviética não levaria a sério tal definição de relações.

²⁴ É interessante notar na historiografia soviética sua ênfase no cerco ao país por ambos os lados: Alemanha ao Oeste e Japão, ao Leste. Mas em geral – com exceção da *Istoria* (1960, pp. 178-179) e suas revisões, não evidencia as negociações como paralelas. Quando os alemães pediram por um encontro, a batalha de Khalkhin Gol atingiu seu clímax com o contra-ataque de Zhukov. Não terminaria antes de meados de setembro. O pacto serviu para o posterior tratado de não agressão com os japoneses, em 1941, e para afastá-los de ações conjuntas com os alemães, que não seguiram o Pacto Anti-Comintern. Não assiná-lo significaria ter ambos os oponentes nas fronteiras, com os alemães na Polônia e os japoneses na Manchúria.

Depois do inesperado acordo com Hitler, Stalin foi mais além. Concordou com diversos tratados suplementares, conhecidos como “os protocolos secretos,” que deram um caráter distintamente negativo a um passo que, não fora isso, teria sido um passo forçado e talvez necessário [...].

Inglaterra e França tinham assinado pactos semelhantes com a Alemanha, em 1938, e estavam em conversações secretas com Hitler no verão de 1939 com o objetivo de criar um bloco antissoviético. É comum a afirmativa de que o pacto deflagrou a Segunda Guerra Mundial, enquanto também é comumente esquecido que, naquela ocasião, as potências ocidentais já tinham sacrificado a Áustria, a Tchecoslováquia e Memel no altar de Hitler, e que a Inglaterra e a França não tinham feito coisa alguma para salvar a República da Espanha [...].

A data do ataque planejado [à Polônia] era conhecida em Washington, Londres e Paris, mas lá havia a esperança de que a captura da Polônia por Hitler só acelerasse sua invasão da URSS (VOLKOGONOV, 2004, pp. 371-372).

A afirmação de Volkogonov estava em linha com a postura de Gorbachev²⁵. A crítica vinda de um anticomunista com peso editorial como ele abriu a historiografia ocidental para comentários mais frequentes sobre as relações entre os regimes nazista e *Sanacja*²⁶. O mesmo não se pode dizer da conduta das potências liberais.

Enquanto Drax e Doumenc viajavam de navio, Ribbentrop voava até Moscou em dois aviões Condor, que quase foram derrubados por baterias antiaéreas em VelikieLuki (VOLKOGONOV, 2004, p. 403). Para os historiadores ocidentais conservadores, a delegação franco-britânica escolheu o navio de carga ao invés de um avião “por uma inadvertência inconcebível” (FEST, 2006, p. 676). Também alegam a negociação simultânea com os alemães. Beevor (2015, p. 30) aponta que em 2 de agosto Ribbentrop disse à embaixada soviética em Berlim que “Do Báltico ao mar Negro, não há problema que não possa ser resolvido entre nós dois”, o que foi seguido

²⁵ Apesar das buscas nos arquivos durante a Glasnost terem encontrado material que se acreditava inexistente ou destruído, como a lista de fuzilamento de Katyn, nunca foram encontrados os protocolos assinados. O que existe é a versão alemã, que apareceu com advogados que cuidavam da defesa de dirigentes nazistas em Nuremberg, provavelmente, trata-se apenas das intenções alemãs pré-negociação, e não do que foi acordado em Moscou. O governo Gorbachev admitiu os protocolos não por prova documental, mas pelos indícios acumulados – alguns dos quais levantados pelo próprio Volkogonov (2004, pp. 403-404), como a parada das tropas alemãs e soviéticas em linhas parecidas (porém não idênticas) com a definida pelos protocolos da versão alemã, apesar de defender a paz de dois anos obtida com o tratado. Este não seria de natureza diferente do assinado pouco antes por ingleses e franceses com os alemães. Já os protocolos foram um erro que poderia ter sido evitado (YAKOVLEV, 1991).

²⁶ Como quando afirma que “a assistência à Polônia foi dificultada não só pela atitude de Varsóvia, mas também pela falta de preparo da União Soviética” (VOLKOGONOV, 2004, p. 371).

no dia 4 pelo comunicado de Schulenburg de que o Báltico poderia ser zona de influência soviética. No dia 14, primeiro pedido de visita de Ribbentrop a Moscou, Voroshilov declinou lembrando das relações nipo-germânicas e dos acontecimentos que se processavam em Khalkhin Gol²⁷.

4-A HISTÓRIA DA GRANDE GUERRA PATRIÓTICA

A história oficial soviética original foi montada com a *Istorria Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuza* (1960), História da Grande Guerra Patriótica da União Soviética²⁸. Foi influenciada pelo clima da política de Coexistência Pacífica defendida por Krushev durante a Guerra Fria. Indicava erros estratégicos da liderança stalinista, bem como mantinha as acusações de simpatias fascistas contra as potências ocidentais. Segundo Keep e Brisby (1965, 238), o resultado da atualização teórica do revisionismo krucheviano sobre a versão stalinista “foi o fortalecimento das interpretações tradicionais e dar um tom mais escuro às cores com que a história da participação aliada na guerra é apresentada”. No entanto, os autores lembram que a *Istorria* foi a primeira obra soviética a citar as negociações Astakhov-Weizacker em Berlim, que frutificariam meses depois na forma do pacto – o que equivale a reconhecer que, da mesma forma que as democracias liberais, também mantinha

²⁷ O ex-embaixador soviético em Londres, Maiski (S/D, p. 172) comenta as tentativas de aproximação dos diplomatas alemães com a embaixada soviética em Berlim desde 9 de maio de 1939: “truques frequentes na diplomacia burguesa” apesar de não se saber “claramente quem foi o iniciador da conversação”.

²⁸ O Comitê de Redação que supervisionou os historiadores contou com alguns participantes da Guerra, como Filipp Golikov (do Departamento Central de Inteligência do Exército, GRU), que não repassou a Stalin algumas das informações sobre a iminência do ataque alemão em 1941 por acreditar que o líder não as queria ouvir; o coronel-general do ar Serguei Rudenko, que trabalhou no Stavka e teve participação importante no teatro aéreo da guerra; Bagramyan, do Fronte Báltico; Andreiev (que não é o Andreiev presidente do Soviete Supremo); Belov, coronel-general da cavalaria que combateu a Operação Tufão (morreu no mesmo ano da publicação do primeiro volume da *Istorria*); Boltin, chefe do Departamento de História da Grande Guerra Patriótica do Instituto de Marxismo-Leninismo; Zemskov, do Ministério do Exterior; Ilyichev, chefe de imprensa do Ministério do Exterior. Alguns autores seriam figuras constantes nas seguintes publicações da *Istorria*. Pospelov era editor chefe do Pravda, membro do Secretariado do PCUS e diretor do Instituto de Marxismo-Leninismo do Comitê Central, um stalinista que se converteu rapidamente à revisão de Krushev; Zhilin, organizador da *Istorria* de 1985, era tenente-general, editor chefe da revista de história militar *Voenno-istoricheskiizhurnal*, protetor da Academia de Ciências Sociais do Comitê Central do PCUS e chefe do Instituto de História Militar do Ministério da Defesa da URSS; Kuchkin, do Instituto de História e da Academia de Ciências da URSS; Sokolovsky, general muito próximo à Zhukov durante a guerra; Zastavenko, do Instituto de Marxismo-Leninismo.

contatos secretos com os nazis. Ainda assim, apenas após Inglaterra e França alegarem que seus tratados com a fragmentada Tchecoslováquia não eram mais vigentes, cruzando os braços diante da partilha final do país.

A *Istoria* acusa o complô teuto-polaco, costurado por Hitler, Piłsudski e Beck para empurrar a URSS até o Extremo Oriente. O regime polaco, fascista, se apoiava na burguesia, mas também nas classes fundiárias e aristocráticas que desejavam territórios a leste desde os tempos do príncipe Janus Radziwill (pp. 40-41), no que se difere da Alemanha, levada adiante pela busca imperialista por mercados para resolver a crise de superprodução. Os países imperialistas – até mesmo a França [!] teriam ficado satisfeitos com a aliança de fundo antissoviético. Sobre o pedido de ajuda do presidente tchecoslovaco Benes, lembra a disposição de 30 divisões na fronteira, e das hostilidades dos governos polonês (que conduziu manobras militares na Volynia, fronteira com a URSS) e romeno que impediram que suas fronteiras fossem atravessadas. A ameaça de invasão polonesa na Tchecoslováquia teria facilitado o sucesso da chantagem alemã e a subsequente partilha do país entre os aliados alemães. Beck teria cogitado com Berlim a ampliação da campanha para o território soviético. O embaixador polaco em Berlim, Józef Lipski, teria recebido de Göring a promessa de que a Alemanha cederia a Ucrânia soviética, recompondo o antigo território polaco no sec. XVII. O governo reacionário polaco “demonstrou cegueira política sem limites”. Hitler os atraiu “como ratos para um pedaço de *bacon*”. Em seguida exigiu Dantzig e a rodovia cruzando o corredor polonês. Dantzig representava 70% do comércio exterior da Polônia, que ficaria dependente economicamente da Alemanha. Teria sido a mobilização popular que evitou essa “política antinacional” e a passagem do país ao *status* de satélite alemão. Como não podia atribuir tal resistência ao PC Polonês – exterminado por Stalin²⁹ – afirma que a reação popular se deu com

²⁹ Adiante, a *Istoria* (1960, p. 187) retoma o discurso stalinista de que o PC Polonês foi dissolvido diante de uma enorme infiltração de espiões em seus aparelhos. Porém lembra que a dissolução foi declarada inválida em fevereiro de 1956, durante a desestalinização. Stalin aboliu o PC Polonês em 1938, depois, matou seus líderes. Em 1939 Molotov teria indicado a extinção da Polônia – Stalin já previra seu fim e por isso desejava exterminar seu partido e seus membros, que seriam um incômodo no que seria chamado de Ucrânia Ocidental e Bielorrússia Ocidental (DAVIES, 2006, p. 196). Os sentimentos anti-poloneses de Stalin continuariam com comentários após a guerra, e, antes dela, com a definição

base nas diretrizes formuladas pelo mesmo ainda em 1936 (pp. 147; 154-155). Enquanto os britânicos mandaram gente do segundo escalão para negociar em Moscou, Wohltat, economista emissário de Hitler, se encontrava em Londres com Hudson, ministro do Comércio Exterior britânico, e Wilson, confidente de Chamberlain. Negociações apoiadas pelo Partido Trabalhista, que servira igualmente de intermediário em julho. O resultado destas negociações foi a ambiguidade ocidental, que não atacou o coração industrial alemão no Ruhr seguindo o pedido alemão (POSPELOV, 1960, p. 173). “Nas suas relações com a URSS, a diplomacia fascista alemã recorreu às garantias de sentimentos amistosos, para em seguida dirigir ameaças”. A primeira tentativa de aproximação de Ribbentrop, de 3 de agosto, foi repelida no dia 7 com a resposta de que um protocolo secreto era inaceitável. Em seguida, Ribbentrop encaminhou a comunicação entre o embaixador italiano³⁰ e o embaixador polonês sobre se a Polônia permitiria o trânsito de tropas soviéticas³¹ em direção à Galícia, no corredor de Vilna e o uso de aeródromos. A resposta foi negativa. Sob qualquer circunstância. Ribbentrop afirmou que a Inglaterra deixaria a Rússia sozinha, como em 1914. Em 14 de agosto ressurgiu a proposta da “celebração de um tratado de não agressão com a União Soviética” e o protocolo sobre a demarcação dos interesses dos dois poderes”, rejeitados novamente pela URSS. Com a última paralisação das negociações anglo-franco-soviéticas, no dia 20 os alemães interpelaram por uma nova reunião. O tratado assinado dia 23 impediu a formação de uma frente única imperialista contra a URSS (POSPELOV, 1960, pp. 174-175).

A União Soviética não era mais capaz de ajudar a Polônia, cujo governo até agora categoricamente rejeitou. Só havia uma coisa que ainda era possível fazer – para salvar da invasão alemã a Ucrânia Ocidental, a Bielorrússia

implícita de polonês como inimigo do Estado pelo então chefe da NKVD, Yezhov, em 11 de agosto de 1937. Durante a Purga, poloneses tinham 40% mais chances de serem executados que os demais soviéticos (BEEVOR, 2015, p. 53).

³⁰ A Itália serviria de mediadora novamente com a mensagem do conde Ciano a Stalin, afirmando que a Alemanha adotaria uma postura “pró-russa” (DEUTSCHER, 2006, p. 455).

³¹ Segundo Deutscher (2006, p. 449) a Romênia e a Polônia “negaram [ainda em 1938] ao Exército Vermelho – e até à Força Aérea Vermelha – o direito de passagem não simplesmente porque tinham medo do comunismo, mas porque adulavam Hitler”. Hobsbawm (2001) lembra a opção da Europa Centro-Oriental por regimes fascistas ou de coalizão nos anos 1930 e sua transformação em satélite alemão.

Ocidental e os Estados Bálticos. O governo soviético alcançou compromissos da Alemanha para não cruzar a linha dos rios Pissa, Narew, Bug, Vístula e San. Assim, conforme relatado pelo “Pravda”, “O Governo alemão e o Governo da URSS estabeleceram a linha de demarcação entre os exércitos alemães e soviéticos, que vai do rio Pissa à sua confluência com o rio Narew, ainda mais ao longo do rio Narew à sua confluência com o rio Bug, em seguida, ao longo do rio Bug até sua confluência com o rio Vístula, em seguida, ao longo do rio Vístula até a confluência com o rio San e para baixo do San rio até a sua nascente (POSPELOV, 1960, p. 176).

A data da citação do *Pravda*, exposta no rodapé, é de 23 de setembro de 1939. Werth, jornalista russo naturalizado inglês, residente em Moscou na época, que se servia tanto de jornais russos quanto os produzidos para os estrangeiros em Moscou, aponta para a edição do *Pravda* de 21 de setembro, que trazia um mapa das posições soviéticas e alemães que se assemelhava mais ao do protocolo de Nuremberg³². À *Istoria* (POSPELOV, 1960, pp. 176-177), o Tratado teria sido “clarividente e sábio naquelas circunstâncias”, citando um discurso de Kruschev, de março de 1960, em que exime o antecessor de qualquer culpa ou erro. Nega que ocorreu qualquer mudança na política soviética após a assinatura do tratado. Esta continuou a se basear no pacifismo e na busca da paz, “preparando as condições para a formação de uma poderosa união dos povos e governos contra a Alemanha nazista”³³.

³² Werth aponta que os jornais soviéticos mantiveram a postura antifascista até o dia 22, véspera da assinatura. Nos dias 22 e 23 fez-se silêncio sobre a situação política europeia. A partir de então, desapareceram as matérias sobre “*Pogroms de Judeus na Tcheco-Eslováquia* (TASS, Praga) e *Perseguição aos Poloneses na Alemanha* (Tass, Varsóvia)”. Somente a 31 de agosto, com o discurso pró-Alemão de Molotov, a imprensa soviética passou a acusar as potências ocidentais de belicistas. Com a guerra, transformou-se em apelo pela paz – numa paz que favorecia aos ocupantes alemães. A citação feita por Werth da entrevista de Voroshilov no *Pravda* de 29 de agosto permite sugerir que já havia vazamento de informação sobre a partilha da Polônia, ou ao menos, o reconhecimento de que a URSS deveria intervir de alguma forma em território habitado por ucranianos e bielorrussos: “*O ponto de vista da Missão Militar Soviética era o de que, não tendo a URSS fronteiras comuns com o agressor (sic), não poderia auxiliar a Inglaterra, a França e a Polônia sem que as suas tropas pudessem atravessar território polonês [...]. Os poloneses afirmaram que não precisavam nem queriam a ajuda soviética. Inquirido sobre se era verdade o que asseverara o Daily Herald, que no caso de guerra a União Soviética iria ocupar zonas da Polônia e socorrê-la com aviões, munições etc., Voroshilov disse que não*” (WERTH, 1966, pp. 80; 68; 70-71). Com a invasão soviética, o comando polonês acreditou inicialmente que se tratava de auxílio (ZALOGA, 2009, p. 81).

³³ Segundo os irmãos Medvedev (2006, pp. 308-309), o Exército Vermelho, com suas 150 divisões e 2 milhões de homens, não eram inferiores às 80 divisões de Hitler em 1939. Poderia ter reincorporado as áreas em demanda com a Polônia e ainda ter vencido a Alemanha. O problema era o comando, e Stalin, que o expurgou, bem o sabia. Nenhuma fonte soviética aponta para a fraqueza no comando como fator essencial para o pacto com a Alemanha – apenas, a partir dos anos 1960 e com relutância ou comedimento maior, nos 1970, como causa das derrotas iniciais. Estas atribuem ao pacto a garantia da

Entre a assinatura do pacto e o início do conflito, a Polônia teria sido “uma moeda de troca em um grande leilão das “democracias ocidentais” com o fascismo” (p. 199). Lipski, embaixador polonês em Berlim, teria se reunido com Göring, em 24 de agosto, e executado uma última tentativa de direcionar a guerra contra a URSS. No mesmo dia, Chamberlain teria feito um discurso pedindo a entrega de Dantzig pela Polônia e o fim das hostilidades. No dia 29, acenou com uma auditoria britânica da fronteira teuto-polaca. Forçou o adiamento da mobilização do exército polonês. E, junto à França e ao Vaticano, pediu ao governo polaco que negociasse com Hitler. Bem como a declaração de neutralidade americana após o início da guerra. O que a *Istoria* (POSPELOV, 1960, pp. 198; 200; 211) entende como pleito de aliança imperialista antissoviética. “O cão de guarda nazista, alimentado pelos dólares americanos e libras esterlinas inglesas, sentiu-se forte o suficiente para se soltar de seus donos e correr com eles” (p. 205), rejeitando as conferências propostas nos primeiros dias de setembro, o que provocou a declaração de guerra anglo-francesa do dia 3. Os “falsificadores da história” mentiriam ao dizer que a declaração de guerra ocorreu em socorro à Polônia. Esta já teria sido abandonada ao apaziguamento. Mas sim para “proteger os interesses do seu capital monopolista” Confere espaço para a Operação Himmler, trama do Almirante Canaris de ataque a vários pontos da fronteira usando agentes com uniformes polacos como provocação detonadora da guerra³⁴. Segue um comentário muito interessante em meio à guerra fria:

A história da encenação é muito instrutiva. Mostra que não podemos confiar nas promessas de vingadores e militaristas de modo a não sofrer um ataque não provocado. Para justificar o seu ataque e assegurar sua surpresa, os agressores são capazes de qualquer provocação (POSPELOV, 1960, p. 201).

paz, da continuidade do desenvolvimento do setor de defesa militar, ao jogo que rachou os imperialistas e os lançou em guerra entre si ao invés de uma frente comum antissoviética – inclusive afastando japoneses de alemães. Isso não significa que não fosse vantajoso à URSS: afastou a Alemanha de cidades como Leningrado, Minsk e Kiev. Era, no entanto, “extremamente impopular” entre o povo soviético e os partidos comunistas mundo afora. A doutrina militar soviética precisava ainda de revisões. Até 1938 se dirigia contra Polônia, Turquia e Japão, uma vez que não possuía fronteiras com Alemanha ou Itália, e cogitava a luta contra estas potências apenas em outros territórios, como a Espanha.

³⁴ A edição seguinte da *Istoria* (1975) não faria qualquer menção ao ataque à emissora de rádio de Gleiwitz ou as demais ações fronteiriças da operação de bandeira falsa de Himmler. No entanto, a versão seguinte (1985, p. 535) a mencionaria como a “comédia” detonadora da guerra.

Segundo a *Istoria* (Werth prefere chamá-la de IVOVS), o governo polaco não possuía um plano de defesa ou um sistema de fortificações no Oeste por duvidar que a Alemanha atacasse antes do fim da vigência do tratado de não agressão³⁵, em 1944, preferindo concentrar-se na fronteira soviética (p.202).

Divide a campanha polonesa em três fases: 1) 1-3 de setembro, desdobramento dos exércitos alemães em três frentes (Prússia Oriental, Silésia e Eslováquia); 2) 4-8 de setembro, invasão em profundidade; 3) 9-15 de setembro, tentativas de cerco a Varsóvia. Não há uma quarta fase, entre 15-28 de setembro, porque considera que o governo polonês se desintegrou, apesar da “resistência heroica” em alguns redutos – inclusive Bzura (ou Kutno), a maior batalha da campanha, travada entre 9 e 19 de setembro (p. 204). O governo polonês e Rydz-Śmigły são classificados de “incompetentes” e “covardes” ao abandonarem Varsóvia por Lublin ainda no dia 6, negociando no dia 7 com a Romênia sua travessia para a França, quando acabaram presos por pedido alemão. A *Istoria* dá a entender que o governo de Sikorski teria alguma legitimidade por compor com partidos da oposição, mas que a perdeu ao se imiscuir com o grupo de Piłsudski (POSPELOV, 1960, p. 208). A derrota polonesa se deveu aos erros de estratégia militar³⁶, diplomática e econômica de sua ditadura “burguesa-latifundiária”³⁷, à superioridade alemã, a falta de coesão com a opressão das minorias étnicas, pelo chauvinismo da Igreja Católica, a corrupção

³⁵Zaloga (2009, pp. 19-21) não desconfirma a *Istoria*. Após perder os códigos da *Enigma* no verão de 1939 e da Alemanha denunciar o pacto de não agressão, foi concebido o Plano Z, que previa o uso das fortalezas que antes guarneciam a fronteira da Rússia czarista. Foi considerado que essa disposição muito a Leste permitiria aos alemães ocuparem apenas o Corredor e Dantzig sem confronto. O que permitiria que o apaziguamento novamente operasse e esses territórios fossem perdidos. Assim foi reformulado. As tropas se concentraram nessas áreas. Esperava-se que poderiam suportar por dois meses, que era o prazo que o governo polonês acreditava que a França viesse em socorro com uma grande ofensiva no Ruhr.

³⁶ A acusação da *Istoria* de que Rydz-Śmigły se manteve preso à doutrina militar nascida da “guerra antissoviética de 1920-21” recebe reforço em Zaloga (2009, p. 21), que chama a atenção para o plano polaco de guerra móvel sem contar com a devida mecanização e na condenação de Taylor (1963) da improvisação como virtude herdada da experiência de Piłsudski. Ambos os autores negam influência francesa na doutrina.

³⁷ As outras edições da *Istoria* (1975; 1985) definem o regime também como “terratenente-burguês” e mesmo “feudal-burguês” – difícil de entender e demonstra pouco rigor teórico com o marxismo. A definição do regime polonês foi outra durante a guerra. Stalin (1946, p. 36) insere a Polônia na lista dos “países amantes da liberdade” submetidos pelos nazistas, em sua Ordem N° 130 do Comissariado do Povo de Defesa da URSS – comemorativa do 1° de Maio, destinada à publicação também no Ocidente.

do aparelho de Estado, e a traição e “conivência dos governos da Grã-Bretanha e França” que, ao não cumprir suas promessas de ajuda, assistiram os bravos “trabalhadores, camponeses, soldados e os melhores representantes dos intelectuais progressistas” poloneses morrerem na defesa desesperada. A resistência de comunistas e socialistas ganha destaque, com menções especiais ao então dirigente polonês, Gomulka. A Polônia era vista apenas como “um trampolim para a invasão dos nazistas à URSS. Esses fatos revelam o caráter imperialista da guerra pelos governos da Grã-Bretanha e França”, “a continuação da política de Munique por outros meios”. Cita Jodl, em Nuremberg, para apontar que existiam 110 divisões anglo-francesas na fronteira alemã, enquanto esta dispunha de apenas 23; Görnitz, sobre o municionamento destas para apenas três dias de luta; Manstein sobre a ilusão dos círculos dirigentes polacos da sinceridade da ajuda anglo-francesa. O que confirmaria a falsidade da retórica de impossibilidade de reação em setembro (POSPELOV, 1960, p. 207).

A *Istoria* acusa o governo polonês de transformar o leste do país em colônia, expulsando os camponeses ucranianos e bielorrussos dos melhores lotes de terra, convertendo suas igrejas ortodoxas em católicas, suprimindo o ensino de seus idiomas: um processo de polonização. O que gerou diversas formas de resistência. Além do desejo pela autodeterminação e unificação nacionais. Em especial, após expedições punitivas a aldeias com o uso de blindados e bombardeios aéreos pelos “invasores poloneses”. Com o início da guerra, a consternação tomou conta da URSS. Para proteger a comunidade ucraniana e bielorrussa no começo de setembro ocorreu a mobilização em seis distritos militares da fronteira³⁸, com tropas sob comando de oficiais que desempenhariam importante papel na Segunda Guerra: na Frente Bielorrussa, Kuznetsov (3º Exército), Zakharkin (10º Exército), Boldin (4º Corpo de Cavalaria Mecanizada), Chuikov (4 Exército); na Frente Ucraniana, de Timoshenko, Golikov (6º Exército)³⁹. Após a fuga do governo polonês, em 17 de setembro, a URSS

³⁸Zaloga (2009, p. 78) aponta o dia 11 de setembro como o início da mobilização geral.

³⁹As duas frentes continham 25 divisões de infantaria, 16 de cavalaria, 12 brigadas de tanques, 466.516 soldados, 2 mil aviões. Seus 3.739 tanques e 380 tanquetas, além dos caminhões de transporte, superavam os efetivos alemães e poloneses somados. “Havia, mais ou menos, um batalhão polaco por cada corpo de exército soviético” no Leste (ZALOGA, 2009, p. 80).

decide atravessar a fronteira⁴⁰ “iniciando sua marcha de libertação”⁴¹. O que intimidou os alemães, que pararam o avanço. A região recebeu uma onda de soldados, proprietários, burocratas e populares poloneses que fugiam do avanço nazista. Passou-se à “proteção da propriedade de poloneses, cidadãos ucranianos e bielorrussos”, que receberam entusiasticamente o Exército Vermelho, auxiliando no “estabelecimento da ordem social”. Aos poloneses refugiados foi dada a opção de retornarem para a área ocupada pelos alemães – o que alguns fizeram para retomar a luta antinazista, se estabelecer como cidadãos soviéticos ou emigrar para a França. Porém grupos

⁴⁰ A *Istoria* usa como base o pronunciamento de Molotov, porém não cita o nome do chanceler caído senão na nota de rodapé. Volkogonov traz extratos de sua fala: “Ninguém conhece a presente situação do governo polonês. A população polonesa foi abandonada à própria sorte por seus infelizes líderes ... O governo soviético encara como dever sagrado oferecer ajuda aos seus irmãos ucranianos e bielorrussos na Polônia ... O governo soviético instruiu o comando do Exército Vermelho para mandar suas tropas cruzarem a fronteira para proteger a vida e os bens da população da Ucrânia ocidental e da Bielo-Rússia ocidental” (VOLKOGONOV, 2004, p. 374). “Analisando-se com a perspectiva de hoje e do ponto de vista soviético, tal providência era largamente justificada” (VOLKOGONOV, 2004, p. 374). “Em 17 de setembro, o governo polonês fugiu para a Romênia, onde seus desafortunados ministros foram imediatamente confinados pelas autoridades. O país estava agora completamente destituído de liderança. Um governo no exílio, instituído em 30 de setembro de 1939 por iniciativa de diplomatas poloneses em Paris e Londres, não foi capaz de fazer nada” (EVANS, 2012, p. 24). Adiante (p. 249), a *Istoria* afirma que Molotov, ao considerar a Polônia “a filha feia de Versalhes”, “estava em contradição com a verdade histórica e com os objetivos da campanha de libertação das tropas soviéticas”, com seu “dever internacional”, que garantiu, desde 1917, ao “povo polaco o pleno direito de autodeterminação. O povo soviético sinceramente simpatizava com o povo polaco”.

⁴¹ “O atraso de Estaline em atacar a Polônia devia-se em parte à incerteza sobre a reação das potências ocidentais, à inesperada celeridade do avanço alemão, às operações militares no Extremo Oriente e ao tempo necessário para mobilizar o Exército Vermelho”. Esperava-se por combates na fronteira adquirindo o caráter de guerra de materiais e atrito, até que um lado pudesse arregimentar forças para uma batalha decisiva, como na Primeira Guerra. O Estado-Maior soviético sabia serem necessárias várias semanas para a mobilização completa e pensava possuir tempo mais do que suficiente. Assim a mobilização “foi no mínimo caótica”, com unidades desorganizadas (os arquivos são imprecisos e dúbios sobre que unidades e comandantes participaram, pela pressa em que a mobilização se deu), com as unidades com menos da metade de seus caminhões de apoio – que estavam em uso por ser época de colheita, provocando falta de peças etc., e atrasos. O plano soviético baseava-se na ruptura e avanço rápido, por cavalaria mecanizada e brigadas de tanques apoiadas por infantaria montada. Em comparação com a fraqueza das tropas polonesas – parca infantaria ligeira, as perdas soviéticas teriam sido altas: 996 mortos, 2.383 feridos, 42 tanques em combate, 426 tanques por avarias. O resultado foi o encurtamento da guerra “em várias semanas”, já que o leste do país possuía poucas estradas, relevo adequado à defesa e, segundo Rundstedt, a defesa polaca vinha se fazendo mais determinada (ZALOGA, 2009, pp. 81; 84). Deutscher (2006, pp. 452-453) vê a questão pela ótica política: Stalin não desejava a área polonesa entre os subúrbios de Varsóvia no Vístula até o Bug, nem participar diretamente da derrota de seu exército, pois se tornaria uma questão latente com o Ocidente. No entanto, Ribbentrop passou a reclamar do cumprimento do protocolo já a partir do dia 5, ameaçando a criação de um Estado Ucraniano antissoviético. Stalin teria cogitado a criação de um Estado polonês fantoche, como tentaria com a Finlândia posteriormente, porém preferiu a invasão, após confirmar com a embaixada alemã que suas tropas se retirariam para a nova linha.

guerrilheiros ficaram adormecidos nos bosques, à espera da colaboração com os invasores fascistas em 1941. Foram libertados 12 milhões, dos quais 6 milhões de ucranianos e 3 milhões de bielorrussos. A mudança “da fronteira soviética para o oeste foi uma grande contribuição não só para reforçar a segurança da URSS⁴², mas também para a causa comum da paz”, fronteira que seguia a Linha Curzon, “reconhecida por Estados Unidos, Inglaterra, França e Polônia” (POSPELOV, 1960, pp. 245-249). Mais de 90% dos eleitores participaram das eleições para a Assembleia do Povo do governo interino, que no fim de outubro de 1939 pediu ao Soviete Supremo a incorporação à Ucrânia e à Bielorrússia, a implantação do sistema político, econômico e social soviético, no que foi atendida em novembro (POSPELOV, 1960, p. 250).

Durante os primeiros dias da guerra, a imprensa soviética tentou ser imparcial, publicando matérias de fontes polonesas e alemãs. Porém, fatos suspeitos, como a Operação Himmler, foram abafados. “Tentou-se dar a impressão de que se tratava de uma guerrinha local, sem qualquer consequência para a União Soviética, onde a vida, graças à sabedoria do Camarada Stalin, prosseguia normal e pacificamente” (WERTH, 1966, p. 75). No dia 10, o *Pravda* evidenciou em editorial a superioridade esmagadora da Wehrmacht⁴³. Dia 14, apontou que o Exército Polonês “não tinha lutado coisa nenhuma”, já que era um estado multinacional em que “somente sessenta por cento da população são de poloneses e o restante são Ucranianos, Bielorrussos e Judeus”. A

⁴² A *Istoria* cita ainda Churchill em seu discurso radiofônico de 1 de outubro de 1939, que também é lembrado em suas memórias, ao afirmar que a URSS precisava do território polonês e báltico para sua defesa (CHURCHILL, 1995, p. 183).

⁴³ Nesse momento, já pesava o relato da carga da cavalaria polaca contra *panzers*. Zaloga (2009, pp. 42; 46; 90) aponta que determinadas unidades da cavalaria polaca, como já se fazia há muito, desmontava antes do combate (a vitória em Beersheba em 1917 se deveu em parte ao espanto provocado nos turcos pelas tropas ANZAC não desmontarem). A refrega mais importante ocorreu no primeiro dia. A Brigada de Cavalaria Wolyniana entrou em choque com a 4ª Divisão Panzer perto de Mokra. Os poloneses contavam com apoio da artilharia, inclusive um trem blindado. No fim da tarde, dois esquadrões do 18º Regimento de Lanceiros lançaram uma carga contra um batalhão de infantaria, que foi disperso. Mas precisaram se retirar em seguida, com a chegada de tanquetas da 4ª Divisão. Em 2 de setembro, os alemães levaram jornalistas italianos até o local, afirmando que ginetes poloneses carregaram contra tanques: sinal de desespero e fraqueza. Tornou-se um “dos mitos mais duradouros da campanha da Polônia”, a ponto de ser transformado pelo governo socialista e pelos nacionalistas polacos em “galhardia”, ressignificando o mito.

falta de fibra polonesa teria provocado a fuga de seu governo. Dia 17 ocorreu o pronunciamento pelo rádio de Molotov, em que dizia ser impossível localizá-lo⁴⁴.

Zaloga (2009, pp. 78-79) lembra que Heinz “Ligeirinho” Guderian já havia atravessado o Vístula (território que deveria ser soviético) no dia 9. Com o fracasso desta linha de defesa, no dia 11 Rydz-Śmigły dera a ordem para a retirada para o sudeste, na região de Lvov (onde esperava resistir até o dia 17, quando esperava uma ofensiva francesa. Esta veio, mas de outro país e de outra direção), porém as comunicações foram rompidas e a capacidade de organização nacional se esvaíra. No dia 15, Stalin recebera os relatórios do avanço germânico para além da linha do protocolo. Apesar da ordem do comando polonês para que as tropas entrassem em combate apenas quando atacadas ou bloqueadas em sua retirada, as tropas polonesas se engajaram em combates especialmente em Grodno e Wilna. Os soviéticos encontraram tropas alemãs até 150 km a leste da linha do tratado⁴⁵. Nesses encontros, os alemães costumavam se retirar após entregar os poloneses prisioneiros aos soviéticos. O que inclui a entrega da fortaleza de Brzesc. As diretrizes emanadas pelo OKW em 20 e 21 de setembro orientando os recuos não foi capaz de conter escaramuças com os soviéticos, especialmente em Lvov, que, cercada por soviéticos e alemães, resolveu render-se aos soviéticos (ZALOGA, 2009, p. 83). Segundo os jornais soviéticos, 7 caças foram abatidos, 68 mil prisioneiros feitos (WERTH, 1966, p. 79). Com a retificação da fronteira, os soviéticos se retiraram em alguns pontos e os alemães reocuparam o território. A região entre o Vístula e o Bug foi entregue à Alemanha. A URSS ficou com Lvov e seus poços petrolíferos, se comprometendo a entregar à Alemanha 300 mil toneladas de petróleo por ano (GILBERT, 2014, pp. 18; 23). No papel, a linha divisória passava no “limite setentrional da Lituânia e descia pelos rios Narew, Vístula e San” (FEST, 2006, p. 680). Como as tropas de Hitler

⁴⁴ O governo no exílio em Londres do general Sikorski foi reconhecido por Stalin apenas em 30 de julho de 1941 (DAVIES, 2006, p. 74).

⁴⁵ Isso permite a Taylor (1963, p. 262) apontar que o tratado inicial não conduzia inequivocamente à guerra, que não seria do interesse de Hitler, Stalin ou do Ocidente, que esperavam ganhar a paz, não a guerra. O protocolo foi ratificado dias depois, já diante do fato da ocupação na Polônia. O autor também acusa a URSS de, sob os pedidos de trânsito de tropas e proteção na Europa Oriental, de barganhar com ingleses e franceses a hegemonia ou o controle soviético na região. O que conseguiu com os alemães.

ocupavam os territórios entre Varsóvia e o Bug e Lublin, os protocolos secretos foram revistos: Suwałki, na fronteira com a Lituânia, foi entregue à Alemanha. A URSS doou uma fração do território norte ocupado para a Lituânia, que em seguida foi anexada, passando da área de influência alemã para a soviética⁴⁶. O que, por sua vez, causou uma compensação de 31,5 milhões de marcos-ouro que a URSS deveria pagar à Alemanha (VOLKOGONOV, 2008, p. 100). Ao invés de anular o Tratado de Versalhes⁴⁷, o resultado foi o da adoção da Linha Curzon⁴⁸. Essa mudança pode ter sido não uma acomodação segundo as linhas de avanço de cada exército, e sim uma retificação que encurtava ambas as fronteiras, que, do contrário, serpenteariam Polônia e Báltico afora. O que possuía sentido estratégico. Em 28 de setembro de 1939, foi firmado o Tratado Germano-Soviético de Amizade, que substituiu os protocolos secretos (DAVIES, 2006, p. 64).

Historiadores ocidentais mostram um cenário bem diferente nas áreas reincorporadas⁴⁹. O número citado por Evans (2012, p. 69), de meio milhão de

⁴⁶ Após a guerra, esta passou a ser a fronteira soviética com a Polônia com pequenas alterações: Przemyśl, dentro do território ocupado pela URSS em 1939, foi devolvida à Polônia em 1945. Bialystok habitada por poloneses, foi devolvida à Polônia em 1944. Em 1948 e 1951 algumas cidades próximas a Lublin também foram devolvidas.

⁴⁷ Volkogonov (2004, p.374) cita que Stalin grifou com lápis vermelho a seguinte passagem do discurso de Hitler, feito dois dias depois da invasão da Polônia: “Como consequência da Guerra, a situação existente desde o Tratado de Versalhes de 1920 será revogada. Com a revisão, Rússia e Alemanha estabelecerão de novo as fronteiras como eram antes da guerra”. A retórica conservadora acusa a necessidade de declaração de guerra também contra a URSS pela ocupação dos territórios poloneses orientais. O Pacto Anglo-Polonês, de 25 de agosto de 1939, foi firmado dois dias após o Nazi-Soviético. O protocolo secreto identificava apenas a Alemanha como agressora e estipulava que a Grã-Bretanha declararia guerra somente a esta potência. No caso da agressão partir de outro país, autoridades polonesas e inglesas deveriam se reunir para deliberar. O que nunca chegou a acontecer (DAVIES, 2006, p. 60).

⁴⁸ WETTIG, 2008, p. 20. O célebre historiador soviético A. M. Samsonov igualmente cita o retorno à Linha Curzon (o que as versões da *Istoria* não fazem) como fator legitimador. Não por ser uma fronteira étnica ou racial entre poloneses e ucranianos e bielorrussos, mas sim por ter sido “recomendada em 1919 por El Consejo Supremo de la Entente como frontera oriental de Polonia” (SAMSONOV, S/D, p. 223).

⁴⁹ Porque a resistência polonesa não vingou no Leste, soviético, ao contrário do que ocorreu no Oeste, no governo geral alemão? Segundo Davies: 1. Gigantescas listas de detenções formuladas pelo NKVD, prendendo até mesmo rebeldes potenciais e, em especial, líderes e organizadores em potencial; 2. O NKVD ocupou as florestas impedindo a formação de grupos de resistência; 3. “Recebeu ajuda importante de vários setores da população local” (afirmação interessante, já que o autor se esforçou em detalhar o clima de terror vermelho que assolou essa mesma população, que, aliás, seria formada em sua maioria por poloneses): camponeses ucranianos e bielorrussos “que esperavam lucrar materialmente” e “setores barulhentos da população judaica”. Os judeus teriam se aproveitado da

poloneses levados como prisioneiros ou deportados para a URSS, provém dos seguintes documentos levantados por Volkogonov (2004, p. 375): um indica a “entrada” de 494.310 “ex-cidadãos poloneses” entre 1939 e a invasão alemã à URSS, dos quais 42.492 foram entregues aos alemães e 42.400 libertados nos territórios ucranianos e bielorrussos reincorporados. O segundo, que em julho de 1941 existiam 389.382 poloneses mantidos em campos de trabalho e “locais de exílio”, dos quais 339.041 foram anistiados. Beevor (2015, pp. 53-54) aponta que no outono de 1939 o NKVD deteve 109.400 poloneses, com 8513 execuções. As deportações começaram em fevereiro de 1940, com 139.794 exilados. Por causa das difusas fronteiras étnicas do Leste Europeu e dos passaportes internos étnicos, existiam poloneses, residentes na URSS, presos antes da guerra, durante a Purga de 1937-38: 143.810, com 111.091 execuções. As condições na zona soviética seriam tão piores que na alemã que judeus fugiam para a Varsóvia sob controle nazi (DAVIES, 2006, pp. 136-137).

5-NOVAS EDIÇÕES DA HISTÓRIA DA GRANDE GUERRA PATRIÓTICA

Os anos 1960 conheceram uma renovação na historiografia e na publicação de memórias. O sistema procurou reconduzir a história para dentro de algumas limitações com a ascensão de Brejnev. Várias conciliações foram propostas. Sua imposição, no entanto, foi lenta. A mudança de governo por si só não alertou a *intelligentsia*. Foi necessário demonstrar força⁵⁰. A *Istorria* recebeu modificações em suas versões

dominação soviética para monopolizar cargos públicos, assim espalhando a nova ordem. Um “relatório imparcial” do governo polonês no exílio dizia que “os judeus traíram a Polônia [...], são fundamentalmente comunistas e que recebem os bolcheviques com bandeiras desfraldadas [...]. Na maioria das cidades, os judeus organizaram as boas-vindas aos bolcheviques com rosas vermelhas, discursos e declarações [...] muitas vezes denunciaram poloneses, estudantes nacionalistas e ativistas políticos [...]” Karski [o agente do governo exilado em Londres, autor deste “relatório imparcial”] prosseguiu mostrando o contraste entre a conduta dos judeus comunistas e proletários e a dos judeus instruídos e prósperos, que costumavam ver a Polônia com simpatia”. Os judeus participaram da expropriação das casas residenciais, fábricas e fazendas dos seus verdadeiros donos, a prender e a deportar em massa. O que lhes rendeu má fama e a ação com “cautela” da resistência para com os judeus: ou seja, os judeus é que provocaram o antisemitismo polonês, numa reprodução do discurso antisemita do regime militar polonês (DAVIES, 2006, pp. 217-219).

⁵⁰ Em 1961 as pesquisas nos arquivos soviéticos empreendidas por Danilov, Samsonov e outros resultaram em artigos críticos e com novos dados sobre a coletivização e desgulakzação, por exemplo. Nesse ano também apareceu a memória de guerra que Werth considera a mais sincera – *The beginning of the Road: the story of the Battle for Stalingrad*, a primeira obra memorial do general Chuikov, publicada no ocidente em 1963. Andrei Sinyavsky e Yuli Daniel publicavam clandestinamente no Ocidente desde 1961. Em setembro de 1965 foram presos acusados de propaganda antissoviética no

subsequentes. Duas delas, a *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética* (1975)⁵¹ e *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética* (1985) receberam versões em espanhol⁵². Essas publicações não se caracterizam por desditos e reviravoltas, como ocorreu com a *Istoria* de 1960-65 frente à história fragmentada e stalinista anterior a ela, e sim por ampliações da narrativa, resumos, ênfases e ocultações. Ou a incrustação de algum novo herói a ser lembrado, em especial, a do *premier* do momento. Assim a *Istoria* de 1960 trazia os feitos de Krushev em Stalingrado ou sua inocência em Karkhov. A

exterior. O processo foi televisionado. Em fevereiro de 1966 foram condenados a sete e cinco anos de trabalhos forçados, respectivamente. Era o sinal de que o regime estava disposto a se impor. No entanto, ao contrário do que afirma Rothberg (1972, p. 264), nem a reabilitação de Stalin nem a censura a seus crimes se imporia rapidamente no fim de 1968. A memória do líder e seu papel na Segunda Guerra ainda causava controvérsia dentro do partido e do Politburo – quanto mais na sociedade soviética. Algumas das obras críticas de Danilov e Samsonov continuaram a ser publicadas – sob protesto da mídia, que condenava fortemente os pesquisadores. O próprio Solzhenitsyn foi expulso do Sindicato dos Escritores apenas em 1969 e não por unanimidade (6.790 votos contra 7). A fórmula oficial do regime para o tratamento de Stalin apareceu em maio de 1965, quando era necessário decidir o discurso do Dia da Vitória. O Politburo se encontrava dividido. O diretor do KGB, Shelepin, e o ideólogo do PCUS, Suslov, bem como o secretário-geral Brejnev, defendiam a reabilitação plena de Stalin. O presidente Mikoyan e o chefe do Departamento Internacional do Comitê Central, Ponomarev, eram contra, alertando que a crítica ao personalismo era a base do PCUS desde 1956. Andropov, então chefe do Departamento para Relações com os Partidos Comunistas, sugeriu que seu nome fosse simplesmente apagado, evitando cisões no partido e imprensa. Brejnev tentaria a reabilitação plena de Stalin em outras ocasiões, como no fim da década, sem sucesso. Sua premissa de que seus crimes deveriam ser lembrados juntamente com suas conquistas foi adotada apenas esporadicamente. Isso não impediu que a facção conservadora de Brejnev procurasse reforçar sua visão da história oficial. Trapeznikov, historiador que se tornou chefe do Comitê Central do PCUS em 1965, foi elevado por seu grupo à cadeira de chefe do Departamento de Ciência e Estabelecimentos de Ensino do Comitê Central, e um dos líderes da Academia de Ciências da URSS (1976). Pode pôr na geladeira dos editores os livros que considerasse subversivos, mudou de funções insubordinados, escreveu histórias ortodoxas. Promoveu um “saneamento” da história ao proibir o acesso aos arquivos do período soviético e da cúpula do partido e do Estado em 1970, além de proibir citações diretas às purgas de 1937-38. Polikarpov, historiador militar, foi um dos pressionados por Trapeznikov, que emanou instruções para se publicar apenas material já publicado no passado. Samsonov reagiu expressando sua descrença em pesquisa desse feito, transitando entre “territórios proibidos” em expansão. Em 1982, com a ascensão de Andropov à secretaria-geral, seus poderes de censura foram ampliados, dentro do projeto do novo *premier* – que, nos anos 1970, quando diretor do KGB, havia tornado os dissidentes um grupo sem apelo popular ou qualquer ressonância (BROWN, 1996) – que tentava impor o banimento de qualquer crítica pública ao passado (DAVIES, 1991, pp. 12-16; 124; 202). O que só se pode entender como crítica nova ou desautorizada, pois estas ainda estavam presentes.

⁵¹ Esta edição contou com a participação do Ministro da Defesa, Marechal Grechko, que comandou o 1º Exército da Guarda na guerra; do conhecido historiador soviético Jvostov; do chefe do Estado Maior Zakharov, que lutou com Konev; Zheltov, da Administração Política do Exército (Academia Político-Militar Lenin) e um dos acusadores de Zhukov em 1957; Zhukov, jornalista e escritor (não o marechal).

⁵² A nova *Istoria*, publicada em 1970 em seis volumes, sofreu “algumas reduções” na versão em espanhol de 1975, que consta de 536 páginas. A versão de 1985 foi publicada originalmente em dezembro de 1984, porém não apresenta a composição da edição original ou a existência de cortes.

História de 1975 suprime o líder caído para dar ênfase à resistência em Novorossiysk e ao chefe emblemático dessa resistência, o novo secretário-geral Brejnev. A edição de 1985 prefere suprimir as loas e menções a ambos, apesar de tratar de Karkhov ou Novorossiysk. Não eleva Chernenko certamente porque este realizou trabalho burocrático durante a guerra, sendo melhor permanecer esquecido diante dos combatentes citados. Personagens caídos em desgraça, com exceção da *Istoria* de 1960-65 que enfatizou (porém nem sempre) os crimes, erros e incompetências de Stalin, geralmente eram suprimidos e não acusados.

A predominância da permanência diante da ruptura na historiografia oficial soviética é perceptível, por exemplo, no discurso radiofônico feito por Molotov em 17 de setembro, que serviu de base para todas as histórias oficiais (e mesmo para histórias revisionistas como a de Volkogonov) *que mencionam* o caso da Polônia (Ucrânia Ocidental, Bielorrússia Ocidental), porém, acompanhado de enaltecimento, supressão, desdém ou crítica ao chanceler de acordo com o momento. Em algumas obras o discurso é lembrado como provindo de Molotov; em outras, do governo soviético; e em outras, os historiadores a incorporam como mote moral, dever internacional, sem citar a origem⁵³. Nos anos 1970, a tentativa de imposição de Trapeznikov de não se publicar nenhuma nova informação, aliada ao carreirismo e pouca convicção no que se fazia⁵⁴, gerou em algumas obras soviéticas o espírito

⁵³ Um bom exemplo é também o próprio Stalin. Banido ou contradito nos anos 1960, nos 1970 recebeu uma abordagem segundo os critérios dos autores – conservadores ou reformadores, indo da citação (sem muita ênfase) ao esquecimento. Assim, as obras que preferiram apagá-lo da história, atribuem aos órgãos do partido ou do Estado os atos do líder caído. Por exemplo, “el Comité Central del PC(b) de la URSS y el Gobierno soviético se guiaron por las indicaciones del XVIII Congreso del partido: observar precaución y no permitir que los provocadores de guerra arrastrasen a conflictos al País de los Soviets” (PONOMARIOV, 1962, p. 535). Uma postura de Stalin, que se afastou da diplomacia de Chicherin e Litvinov, é tomada como decisão coletiva, consensual, construída e observada dentro do funcionamento regular das instituições soviéticas, resultando na manutenção da paz e na inevitabilidade (sem ruptura ideológica) do pacto. O embaixador Maiski (S/D, p. 190), que colecionou desavenças durante o stalinismo, foi além. Menciona nomes do círculo de Stalin apenas quando aparecem nas citações de documentos ocidentais (anglo-franceses e alemães). Mesmo Voroshilov “aparece” apenas como “chefe da delegação militar”.

⁵⁴Hobsbawm (2001) afirma que após a Primavera de Praga, mesmo a liderança do partido não acreditava na ideologia oficial, o que Poch-de-Feliu (2003) indicará como um importante fator de erosão do sistema nos anos 1970. Brown (1996) já apontava para as discussões de caráter bizantino na era Brejnev.

bizantino, ou dos copistas medievais, de resumo de obras ou mesmo de cópia de longos trechos de outros autores sem qualquer citação. A continuidade também se explica por uma razão de fundo: a manutenção do marxismo-leninismo como matriz explicativa para a história oficial. A leitura da obra de Marx e Lenin cancelada por Stalin embasava a compreensão do conflito antes mesmo de sua eclosão, em março de 1939 (DEUTSCHER, 2006, p. 450). A guerra teria sido fruto não da política ou diplomacia e sim da economia: a fúria imperialista pela nova divisão de áreas de influência, seguindo as flutuações da economia de cada potência capitalista. Uma guerra interna ao capitalismo que encontrou na URSS um ponto de interesse comum. A tentativa das potências capitalistas liberais de torná-la também um ponto de escape para as tensões com os rivais capitalistas fascistas e militaristas nipônicos esbarrou na beligerância intrínseca destes.

A História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS (Curso Abreviado), publicada em 1938, não sofreu mudanças e acréscimos durante a vida de Stalin. Assim, a história oficial da Segunda Guerra e da ação do partido estava contida nos discursos políticos e alguns livros que não abarcavam todo o conflito. A denúncia de Stalin por Krushev exigia a revisão, já que apontava a história oficial do partido como insuficiente e equivocada⁵⁵. Uma história oficial do PCUS na Segunda Guerra apareceu, portanto, apenas em 1962, com a nova *História do Partido Comunista da União Soviética* (que não se considera uma nova História e sim uma *Segunda edição aumentada*)⁵⁶. Infelizmente existe o lapso entre 1938-1962 cobrindo todo o período crítico do pré-guerra, a guerra e o pós-guerra. A direção das obras permite observar o rodar das cadeiras com a revisão ganhando fôlego. Pyotr Pospelov fora o diretor da versão de 1938, bem como de todos os seis volumes da *Istoria*, entre 1960-65. No

⁵⁵ “El libro estaba impregnado del espíritu del culto a la personalidad de Stalin y no ofrecía una exposición veraz y objetiva de muchas cuestiones de la historia del partido. Ello repercutió negativamente en la labor ideológica” (PONOMARIOV, 1962, p. 528).

⁵⁶ Um método soviético para garantir uma maior certeza de cumplicidade dos autores já previamente selecionados com a mutável linha do partido pode ser percebido na contracapa da nova História do PCUS (PONOMARIOV, 1962): dos onze autores citados, quatro são candidatos a cadeiras permanentes na Academia soviética (Slepov, candidato em Ciências Sociais; Sobolev, candidato em Ciências Filosóficas; Volin, candidato em Ciências Históricas; Zaitsev, candidato em Ciências Históricas).

entanto, a supervisão da Nova História do PCUS de 1962 ficou a cargo de Boris Ponomarev, o novo chefe do Departamento Internacional do Comitê Central, mais decididamente antistalinista. Pospelov retornou à cena em 1970, com a nova versão da *Istorria*. Bem ao estilo da Era Brejnev, foi substituído apenas com sua morte (1979) pelo tenente-general Pavel Zhilin.

As três versões da *Istorria* (1960, 1975, 1985) preferem separar a ocupação, intervenção ou dever internacional soviético na Polônia do deflagrar da guerra. O episódio é lançado capítulos adiante, na seção que trata do “asseguramento” das fronteiras da URSS (recebe o mesmo nome nas três versões), junto às demais ações que teriam recuperado território soviético por justiça, por etnia ou por orientação política das populações locais. O afastamento no texto resulta num saneamento da ação soviética, distante dos eventos iniciais do conflito. No entanto, na nova História do PCUS, o relato da invasão alemã à Polônia é seguido pela “travessia da fronteira” pelo Exército Vermelho (PONOMARIOV, 1962, p. 537).

Essa estrutura das *Istorrias* é seguida por outras obras. Lebedev (1983, p. 97) prefere comentar toda a ação alemã até a Batalha da Inglaterra antes de tratar da “missão libertadora” do Exército Vermelho. Samsonov (S/D, p. 223), historiador e ex-comandante na Segunda Guerra, apesar de ser considerado crítico, ao dirigir o *Compendio de Historia de la URSS*, constrói um texto que, se por um lado traz como título do capítulo em que trata da questão polonesa “La URSS refuerza su frontera occidental”, a insere no contexto (e subsequente) da invasão alemã. A *História da Sociedade Soviética*, com o título “Novas repúblicas e regiões ingressam na URSS”, usa o mesmo estilo de Samsonov⁵⁷. Nikolaev e Israelian (1970, p. 33) indicam uma ação preventiva soviética, e não uma divisão ou ocupação, inevitável diante do desmoronamento da Polônia “senhorial”. Mesma orientação que segue Bezimenski

⁵⁷ Apesar do título indicar que são “novas”, o texto deixa claro que foram regiões arrebatadas da URSS em seus primeiros dias. Sobre a Polônia, diz: “Poderiam os trabalhadores da URSS permanecerem indiferentes quando estava em jogo o destino dos seus irmãos, bielorrussos, ucranianos ocidentais? A URSS tinha o dever sagrado de libertar sem demora” essas áreas, que recriaram o clima de Outubro de 1917: “Os habitantes das caves e barracas mudaram-se em massa para as casas que antes eram ocupadas pelos exploradores”. “Os povos separados pela força voltaram a unir-se” (POLIAKOV; LEITCHUK; PROTOPOPOV, 1979, pp. 297-298).

(1967), que foi correspondente de guerra. Shtemenko fala de suas lembranças da ação na Polônia, porém silencia-se sobre o pacto⁵⁸. *A verdade e a mentira sobre a Segunda Guerra Mundial*, uma obra inteiramente devotada ao caráter reativo da historiografia soviética, após reforçar (de uma maneira pouco ortodoxa) a interpretação marxista-leninista da Segunda Guerra como guerra imperialista, e a necessidade do pacto (este sim de forma ortodoxa)⁵⁹ entra na questão polonesa:

Pela intensidade e as escolas das mentiras pseudocientíficas acumuladas no Ocidente em torno das ações de política externa da URSS em 1939-1941, este é um período sem paralelo nas tentativas dos ideólogos burgueses de denegrir a história da União Soviética. Os historiadores e propagandistas reacionários difundem de modo particularmente activo o mito do entendimento da URSS com a Alemanha Hitleriana [...]. Em 1979 essas invenções caluniosas foram agarradas pelos inspiradores ideólogos da contra-revolução polaca [...]. A libertação da Bielorrússia Ocidental e da

⁵⁸ Graduando no Estado Maior, o futuro general de exército e chefe do Estado Maior, stalinista que foi um dos acusadores contra Zhukov, afirma que recebeu a ordem para exercícios militares (como tanquista) no distrito militar especial de Kiev ainda nos últimos dias de agosto. Durante a viagem de trem foram surpreendidos pela invasão alemã. No dia 3 de setembro todos os distritos militares da fronteira se colocaram em “disposição combativa”. No dia 7 de setembro ocorreu a primeira concentração de tropas. No dia 16, de estar a postos para cruzar a fronteira no dia seguinte. Ressalta a ação polonesa como acidental: “No los ocultaron que el desarrollo de las acciones bélicas en Polonia adquiría un carácter en extremo desagradable. Nos decían, que si las operaciones continuaban de aquel modo, no estaba excluído que nuestro país se viese también amenazado y que podían exigirse “medidas especiales” del Ejército Soviético”. “El Gobierno soviético decidió poner bajo su salvaguarda la vida pacífica de la población de Ucrania y Bielorrússia occidentales. Así se hizo saber al mundo entero. También se declaro que por nuestra parte se haría todo lo posible para eximir de la malhadada guerra a todo el Pueblo polaco”. O que segundo autores ocidentais seria uma retirada estratégica para a defesa na fronteira polaco-romena é descrito como fuga desorganizada. Postos fronteiriços poloneses teriam se preparado para o combate ainda no dia 16. Refletindo a falta de preparo, se dirigiu ao *front* num Ford; se encontraram dificuldade em se localizar, já que existia o dobro de estradas em relação ao mapa do Estado Maior; em Ternopol, onde deveriam reabastecer, os tanques chegaram antes das cisternas de combustível; faltavam lápis para marcar as posições nos mapas. Desorganização que talvez tenha sido o motivo de Shtemenko pedir ao piloto do avião que deveria levá-lo de volta a Kiev para que olhasse como traçou o itinerário – o que não os impediu de se perderem e temer ter ultrapassado área alemã. Seguindo a orientação de não mencionar nomes do círculo stalinista, ainda assim utiliza o cargo, “Comisario del Pueblo de la Defensa” e não governo, partido, ou algum órgão militar, deixando claro que fala de Voroshilov (SHTEMENKO, 1985, pp. 10-18). Afirma que serviu sob Vatutin – que, no entanto, não consta da ordem de batalha estabelecida por Zaloga (2009). Shtemenko ainda serviria no Stakva durante a guerra e organizaria a Primeira Parada do Dia da Vitória.

⁵⁹ Revunenkov (1961, pp. 129-131), historiador marxista ortodoxo, também modifica a versão original de guerra imperialista, para descrevê-la em duas fases: imperialista (dentro do campo dos países capitalistas) e de libertação nacional (quanto à URSS e os povos coloniais que se insurgiram na época), além do caráter antifascista – tópicos importantes na historiografia soviética, mas raramente organizados como fases sucessivas. Afirma que o Estado polonês estava “extinto” por volta do dia 17 e que a intervenção era essencial para proteger “a vida e os haveres” da região e bloquear o avanço fascista até a fronteira soviética.

Ucrânia Ocidental é por eles interpretada como «anexação soviética». Eles colocam um sinal de igualdade entre o ataque bandidesco da Alemanha contra a Polônia, que levou à liquidação da independência nacional deste país e à campanha libertadora do exército soviético num território violentamente arrancado à Rússia soviética e que nessa altura estava já sob a inevitável ameaça da ocupação hitleriana (KULKOV; RJECHESKI; TCHELICHEV, 1985, p. 77).

Os autores citam a historiografia soviética e autores “burgueses liberais” ou “progressistas” – que pecam por imprecisões ou superficialidade, mas não por falsificação – para se contraporem à historiografia “conservadora”, considerada propaganda fraudulenta. Outra opção era legitimar a ação soviética, sem, no entanto, descrevê-la⁶⁰.

Várias obras soviéticas preferem simplesmente esquecer o caso. Ieremev (1995), historiador militar que serviu nos comboios aliados no Ártico não faz qualquer menção à Polônia além do ataque alemão e da má vontade do regime polonês em permitir a aliança militar antifascista. O próprio Zhukov, em suas *Memórias* (1970, p. 189), apesar de dispensar um capítulo às suas experiências no Distrito Militar de Kiev e a invasão alemã, não menciona a ocupação soviética.

CONCLUSÃO

A historiografia do Ocidente estabelece as circunstâncias e as tomadas como legitimadoras da ação de seus governos (por exemplo, nas raras vezes em que a desconfiança frente ao regime fascista polonês é lembrada, o que, por sua vez, deu origem à Guerra de Confete ou Guerra Estranha na fronteira franco-alemã). No entanto, esse modelo é apagado quando se trata das razões soviéticas. Tudo o que foi

⁶⁰ É o caso de Riábov (1983, p. 33) que, citando a intervenção soviética sem explicá-la, a justifica como sendo “uma brilhante etapa da solução do problema das nacionalidades”. Tenente-general nos anos Brejnev, encarregado da educação política, evidência a tensão dessa época: fala da “clarividência política do governo soviético”, entre outras adjetivações à liderança da época, ao firmar o pacto, e, sem citar as purgas, fala dos “ilustres chefes militares” Blucher e Tukhachevsky, elevados ao marechalato, posto reinstituído em 1934 (RIABÓV, 1983, p. 37), porém fuzilados, respectivamente, em 1938 e 1937 como traidores. Blucher, dos principais responsáveis pela vitória na Batalha do Lago Khasan, contra os japoneses, não costuma ser citado na historiografia. Na *Istória* de 1960 (pp. 232; 234) seu nome está acompanhado de insucessos na batalha. O marechal e Ministro da Defesa (1967-1976) Grechko, que combateu na Segunda Guerra como comandante na Cavalaria e no 1º Exército da Guarda, foi o organizador (1975) de uma obra composta apenas por militares (quase todos coronéis, entre os quais o coronel Semiriaga, importante historiador militar, que serviu como tenente durante a guerra). Sem se aprofundar, aponta que era necessário “garantir a vida e propriedade dos ucranianos e bielorrussos da região” (GRECHKO, 1985, p. 11), sem mencionar poloneses.

feito o foi por puro voluntarismo. Assim, o Ocidente agiu de determinada maneira, apesar de ser “bom”, impelido pela situação. A URSS, “ruim”, agiu daquela forma por sua natureza. A historiografia oficial soviética segue padrão exatamente igual.

A produção de histórias oficiais da Segunda Guerra no Ocidente por parte dos departamentos de defesa e de historiadores confiáveis se deu num ritmo diferente. Os EUA já possuíam a sua em 1951. A alemã ainda era escrita em 1995. A Inglaterra, entre 1961-65 (KEEGAN, 2006, pp. 39-41). No que guarda relação temporal com a *Istoria*. Antes dela, existiam os discursos de Stalin, os documentos dos congressos do partido, trabalhos de historiadores sancionados. Mas não havia ainda nenhuma história oficial soviética de fôlego que abarcasse todo o conflito. Quando esta surgiu, apresentou: 1) caráter reativo da historiografia soviética, ao menos impressa em espanhol e português e na edição original da *Istoria*. Todo o livro do ex-embaixador Maiski (S/D) é um ato de revide contra as acusações de que a URSS iniciou a guerra ou que se aliou aos nazistas para conquistar e dividir novamente a Polônia. Exatamente por não considerarem a região polonesa, mas sim ucraniana e bielorrussa, apesar dos centros urbanos poloneses; 2) as rupturas são pontuais, destinadas a apagar *personae non gratae* ou a elevar a importância de novos personagens alçados ao poder, cuja liderança foi medíocre, ou talvez inexistente durante o conflito (basta lembrar a desapareição após a década de 1960 de comentários na história oficial ou em uma das memórias de Chuikov de sua ação na Polônia); 3) a continuidade teórica e do discurso factual se impôs sobre as rupturas (isto quanto ao tema polonês – a atuação do país especialmente durante os primeiros meses, a preparação para a guerra e as ações dos líderes, sim, sofrem profundas revisões), apesar de algumas flutuações; 4) o silêncio sobre o episódio também foi recorrente – dentro do padrão de omissão daqueles caídos em desgraça.

ANEXOS



Fig.1. Encontro das frentes alemã e soviética (JORDAN, David; WIEST, Andrew. *Atlas Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Escala, 2008, p. 24).



Fig.2. As alterações no traçado da fronteira entre Alemanha e URSS (EVANS, Richard. *O Terceiro Reich em guerra*. São Paulo: Planeta, 2012, p. 30).

RECÔNCAVO

ISSN 2238 - 2127



Fig.3. Partilha da Tchecoslováquia com a área tomada pela Polónia em preto (BUCHANAN, Patrick. Churchill, Hitler e a guerra desnecessária. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008, p. 263).

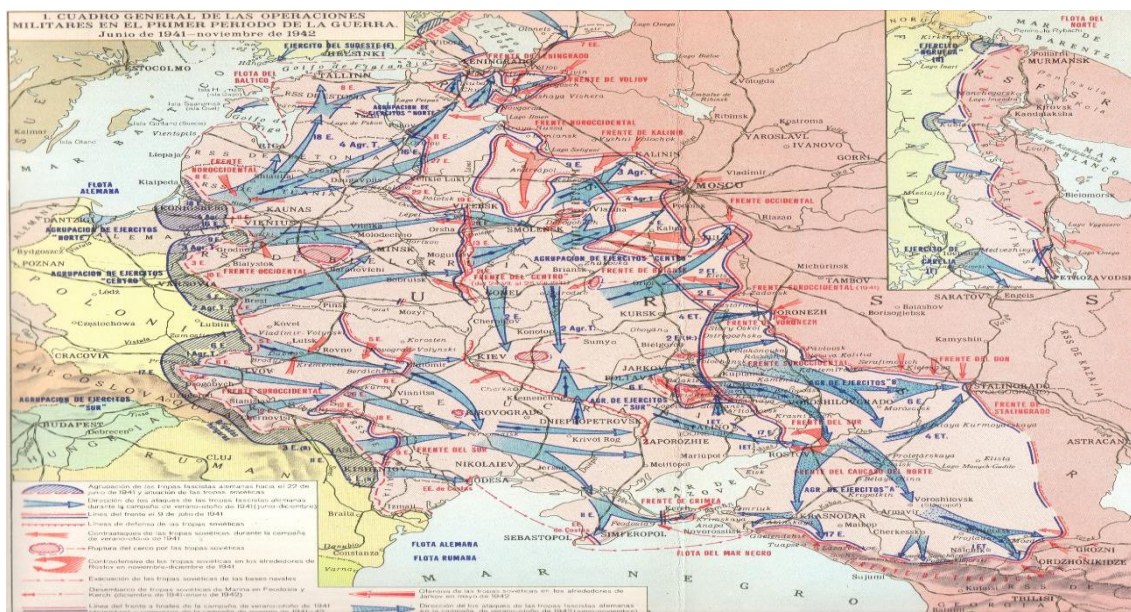


Fig.4. Mapa soviético que apresenta o território do leste da Polónia já incorporado à URSS. As fronteiras dos demais países, no entanto, não foram readequadas para o momento (1941), existindo uma Polónia no lugar de um Governo Geral, Tchecoslováquia ao invés de Eslováquia e Protetorado da Boêmia-Morávia, a Transilvânia ainda como romena e não húngara etc. POSPELOV, P. *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*. Progreso: Moscou, 1975, p. 65.



Fig.5. Ordem de batalha soviética diante das posições alemãs e polonesas na véspera da ocupação (ZALOGA, Steven. *A invasão da Polônia: Guerra Relâmpago*. Barcelona: Osprey, 2009, p. 81).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BEEVOR, Antony. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- BEZIMENSKI, L. *O militarismo alemão com/sem Hitler*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.
- BROWN, Archie. *The Gorbachev Factor*. Nova York: Oxford University Press, 1996.
- BUCHANAN, Patrick. *Churchill, Hitler e a guerra desnecessária*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.
- BUELL, Raymond Leslie. *Poland: key to Europe*. Nova York: Read Books, 2007.
- CHURCHILL, Winston (sir). *Memórias da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- COHEN, Yohanan. *Small nations in times of crisis and confrontation*. Nova York: SUNY Press, 2012.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA RÚSSIA. *História do Partido Comunista - Bolchevique da U.R.S.S.* Rio de Janeiro: Horizonte, 1952.

DARNTON, Robert. Que a Polônia seja a Polônia. In: ____, ____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAVIES, Norman. *O Levante de 44.* Rio de Janeiro: Record, 2006.

DAVIES, R. W. *Censura e falsificações na História da URSS.* Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ERIKSON, John. *The road to Berlin.* Weidenfeld & Nicolson: Londres, 1983.

____, _____. *The road to Stalingrad.* Harper & Row: Nova York, 1975.

ESTADOS UNIDOS; ARMY. Department of the Army. Office of the Chief of Military History. *As grandes decisões estratégicas.* Rio de Janeiro: BIBLIX, 1977.

EVANS, Richard. *O Terceiro Reich em guerra.* São Paulo: Planeta, 2012.

FEDENKO, Panas. *A Nova História do Partido Comunista Soviético.* Rio de Janeiro: GRD, 1965.

FERGUSON, Niall. *La guerra del mundo.* Barcelona: Debate, 2007.

FEST, Joachim. *Hitler.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GILBERT, Martin. *A Segunda Guerra Mundial.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

GRECHKO, A. *Missão Libertadora das Forças Armadas Soviéticas na Segunda Guerra Mundial.* Livraria Ciência e Paz: Rio de Janeiro, 1985.

HART, Basil H. Liddell. *As grandes guerras da história.* São Paulo: IBRASA, 1999.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

IREMEEV, L. *O Exército Soviético na II Guerra Mundial.* Revan: Rio de Janeiro, 1995.

JORDAN, David; WIEST, Andrew. *Atlas Segunda Guerra Mundial.* São Paulo: Escala, 2008.

- KEEGAN, John. *A Batalha e a História*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2006.
- KEEP, John; BRISBY, Liliana. *História Contemporânea na concepção soviética*. Rio de Janeiro: Record, 1965.
- KULKOV, E.; RJECHESKI, O.; TCHELICHEV, I. *A verdade e a mentira sobre a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Editorial "Avante", 1985.
- LEBEDEV, N. *La URSS en la política mundial*. Moscou: Editorial Progreso, 1983.
- MAISKI, I. *Quién ayudó a Hitler*. Moscou: Progreso, s/d.
- MANDEL, Ernest. *O significado da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1989.
- MARCUS, Joseph. *Social and Political History of the Jews in Poland, 1919–1939*. Nova York: Mouton Publishing, 1983.
- MEDVEDEV, Zhores; MEDVEDEV, Roy. *Um Stalin desconhecido*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- _____, _____. *Uma questão de loucura*. São Cristóvão: Artenova, 1972.
- NIKOLAEV, I; ISRAELIAN, V. *La Segunda Guerra Mundial*. México: Allende, 1970.
- OVERY, Richard; WHEATCROFT, Andrew. *The Road to War*. Londres: Penguin, 1999.
- POCH-DE-FELIU, Rafael. *La Gran Transición*. Barcelona: Crítica, 2003.
- POLIAKOV, L.; LETCHUK, A.; PROTOPOPOV, A. *História da Sociedade Soviética*. Moscou: Progreso, 1979.
- PONOMARIOV, B (org.). *Historia del Partido Comunista de la Unión Soviética*. Moscou: Ediciones em Lenguas Extranjeras, 1962.
- POSPELOV, P. *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*. Progreso: Moscou, 1975.
- POSPELOV, P. N. *Istorria Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuza*. Moscou: Voenizdat, 1960-65. 6v.

- REVUNENKOV, V. *História dos Tempos Atuais*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.
- RIÁBOV, V. *O grande feio do povo soviético e do seu exército*. Moscou: Progreso, 1983.
- ROTHBERG, Abraham. *Os herdeiros de Stalin*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1972.
- SAMSONOV, A. *et al. Compendio de História de la URSS*. Moscou: Progreso, S/D.
- SHTEMENKO, Serguei. *El Estado Mayor General Soviético durante la guerra*. Moscou: Editorial Progreso, 1985.
- STALIN, José. *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*. Buenos Aires: Partenon, 1946.
- TAYLOR, A. J. P. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- VOLKOGONOV, Dmitri. *Os sete chefes do Império Soviético*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- _____, _____. *Stalin*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- WERTH, Alexander. *A Rússia na Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- WETTIG, Gerhard. *Stalin and the Cold War in Europe: the emergence and development of East-West conflict, 1939-1953*. Lanham: Rowman&Littlefield, 2008.
- YAKOVLEV, Alexander. *O que queremos fazer da União Soviética: o pai da perestroika se explica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.
- ZALOGA, Steven. *A invasão da Polônia*. Barcelona: Osprey, 2009.
- ZAMOYSKI, Adam. *Warsaw 1920*. Londres: Harper Press, 2008.
- ZHILIN, P. *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*. Moscou: Progreso, 1985.
- ZHUKOV, G. K. *Memorias y meditaciones*. Santiago: Zig-Zag, 1970.

VAN DER LINDEN, Adrianus. *A revolt against liberalism: American radical historians, 1959-1976*. Atlanta: Rodopi, 1996.

Recebido em 26/02/2018

Aprovado em 29/05/2018